

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

José Nilson Oliveira Silva

AVALIAÇÃO DAS EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS
NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

GOIÂNIA
SETEMBRO DE 2016

FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

José Nilson Oliveira Silva

AVALIAÇÃO DAS EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS
NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

Dissertação apresentada à Faculdades Alves Faria, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alzino Furtado Mendonça

GOIÂNIA
SETEMBRO DE 2016

Silva, José Nilson Oliveira
C125 Avaliação das emancipações distritais no município de Imperatriz-MA./
José Nilson Oliveira Silva.
- Goiânia, 2016.
96f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdades Alves Faria. Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Goiânia, BR,
GO, 2016

1. Emancipações Distritais. 2. História de Imperatriz. 3. Território.
4. Transformações Político-Econômicas. 5. Instituto de Ensino Superior. I.
Título.

CDU

**FACULDADES ALVES FARIA (ALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

José Nilson Oliveira Silva

**AVALIAÇÃO DAS EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS
NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA**

Dissertação apresentada à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação das Faculdades
Alves Faria para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 16 de Setembro de 2016

BANCA AVALIADORA:

**Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça - ALFA
(Orientador)**

Prof^ª. Dra. Cintia Neves Godoi - ALFA

Prof^ª. Dra. Heliane Prudente Nunes – UFG

**GOIÂNIA
SETEMBRO DE 2016**

*A Deus.
Aos meus pais, família,
filho e mestres, que acreditam
nas realidades dos nossos sonhos,
e são complemento de mim
nessa vida em construção.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido o dom da vida e me proporcionado a oportunidade de poder vivenciar cada momento da construção deste projeto profissional e, assim, me certificar da grandeza do seu amor, pois quanto maior a luta, maior a vitória.

Aos meus Pais, José Alves da Silva e Josina Maria de Oliveira Silva (*Trabalhadores Rurais, aposentados*) - meus primeiros Mestres -, pela vida, pelos ensinamentos, pela educação, pelo incentivo constante; pelo apoio incondicional por minha vida até aqui e pelo percurso da caminhada de vida escolar; pelo conselho profético e divino nos momentos de indecisão. Se até aqui eu cheguei, ao término dessa experiência, reverencio-vos pela segurança e direcionamento.

Aos meus Avós paternos, Antônio Major e Vicença Nunes (*In Memoriam*); aos avós maternos, Adão Setúbal e Laura Setúbal (*In Memoriam*), pela primeira escola da vida e pelas lembranças saudosas de infância.

Aos meus irmãos José Oliveira, José Wilson, José Hilton, Jocélia Alves, Jocelma Alves e Joselma Oliveira, pela amizade, afetividade, motivação, companhia, crença e unidade familiar que são base para a harmonia humana e cristã na minha vida.

Ao meu filho, João Pedro Carvalho Silva, razão imensa e intensa no meu sentido de vida e motivação para o testemunho do nosso amor de Pai e Filho. Ele, complemento de mim.

À professora Dra. Heliane Prudente Nunes, à Dra. Eliane Lopes, à Dra. Cintia Neves Godoi, ao Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça, pela amizade, companheirismo, compreensão, solidariedade e pelo conhecimento transmitido durante todo o curso e pela doação do seu tempo, empenhando-se em contribuir com sua vasta experiência de conhecimento e por serem professores íntegros, dignos de toda minha admiração e reverência.

A todos os outros professores desse Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR), pela dedicação, empenho e construção do companheirismo solidário, presto aqui essa justa homenagem por nos apontarem o caminho do conhecimento.

Ao amigo William, em especial, pelo respeito, ajuda, atenção e amizade de verdade.

A todos os amigos e amigas desse Mestrado: Anne Harley, Ardiles, Cláudio, Christiano, Bruno, Dorgival, Ezequias, Fernando Babilônia, Glaci Elma, Gustavo, Ivan, Renato Cadore, Ronilson, Rosa Tavares, Prof^a. Roza, Tadeu Júnior, Tatiana M. Carvalho. Percorremos um trajeto longo, e cheio de obstáculos e, muitas vezes, até tivemos a vontade de parar, contudo,

optamos por voltar ao ponto de partida e recomeçar, pois, desistir jamais. Com isso, a certeza do quão fomos importantes uns para com os outros.

À Profª. Roza Maria, diretora da Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e amiga acadêmica da pós-graduação MDR, pela solidariedade, ajuda financeira, colaboração na cessão das instalações da faculdade e pelo carinho amigo em meio a nossa convivência.

Os grupos políticos percebiam a divisão emancipacionista do Estado como um bem estar a ser utilizado em favor dos correligionários e grupos políticos afins, quando seu partido estivesse no poder, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados.

Flávio Antônio Moura Reis

RESUMO

SILVA, José Nilson Oliveira. *Avaliação das emancipações distritais no município de Imperatriz-MA*. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2016.

A pesquisa apresenta um estudo sobre as emancipações distritais no município de Imperatriz-MA. O processo investigativo compõe-se de uma avaliação sobre as emancipações distritais no município de Imperatriz-MA e suas correntes de povoamento, a história de Imperatriz e a nova configuração geopolítica territorial regional quanto à perda do seu território. A avaliação realizada busca resgatar, descrever e compreender as correntes de povoamento, os cenários históricos da dinâmica provocada pelas emancipações como expressão do “novo” município reduzido territorialmente, apontando as transformações e identificando os grupos sociopolíticos envolvidos na intencionalidade emancipatória. Metodologicamente, a pesquisa se realiza a partir de leituras bibliográficas, apoiando-se em uma abordagem qualitativa, na pesquisa documental, descritiva e explicativa e, na pesquisa de campo. Optou-se pelo uso de questionário na forma de escala tipo Likert com protagonistas envolvidos nos processos emancipatórios como líderes sociais, políticos, pesquisadores e moradores dos antigos distritos hoje municípios independentes. Como resultado, conclui-se, que, as emancipações distritais no município de Imperatriz, quando relacionadas às questões políticas, administrativas, econômicas e sociais, se mostraram benéficas tanto para os novos municípios criados como para o Município de Imperatriz, apesar da redução de seu território original.

Palavras-chave: Emancipações distritais. O município de Imperatriz. Repercussões político-econômicas. Território.

ABSTRACT

SILVA, José Nilson Oliveira. Evaluation of district emancipations in the municipality of Imperatriz-MA. 2016. 96 p. Dissertation (Master in Regional Development) - Faculdade Alves Faria, Goiânia, 2016.

The research presents a study of the emancipations district in the State of Maranhão in the Northeast region: the case of the municipality of Empress. The investigative process consists of an assessment of the emancipations district in the State of Maranhão and their chains of settlement; the story of Empress; the new geopolitical configuration regional territorial about the loss of their territory. The evaluation seeks to rescue, understand and describe, the chains of settlement, historical scenarios of the dynamics caused by emancipation as an expression of the "new" municipality reduced territorially pointing the transformations and identifying the socio-political groups involved in the emancipatory intentionality. Methodologically, the search takes place from bibliographic readings, drawing on a qualitative approach, documentary research, descriptive and explanatory, and in field research, we opted for the use of a questionnaire in the form of Likert type scale with protagonists involved in processes like social, political leaders emancipative, researchers and residents of the old districts today independent municipalities. As a result, conclude, as a result, it can be concluded that the emancipations in the municipality of Imperatriz were viable when related to political, administrative, economic and social issues.

Key-words: District Emancipation. Story of Empress. Political And Economic Repercussions. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Sobre a origem do nome Maranhão	26
Figura 2 – Pintura em tela da fundação de Imperatriz.....	52
Figura 3 – Perímetro urbano de Imperatriz, em 1938.....	55
Figura 4 – Planta da cidade de Imperatriz, em 1972.	57
Figura 5 – Planta da Cidade de Imperatriz, no início dos anos 1980	58

FOTOS

Foto 1 – Aspecto da Rua Grande, principal rua de Imperatriz, nos anos de 1920	54
Foto 2– Centro histórico de Imperatriz, nos anos 1960.....	56
Foto 3 – Atual vista aérea da Cidade de Imperatriz	60
Foto 4– Rodovia Belém-Brasília, no trecho que cruza Imperatriz.	63
Foto 5– Movimento social - Fórum da Sociedade Civil Organizada de Imperatriz.....	81

MAPAS

Mapa 1– Localização geográfica do Maranhão: fronteiras e limites.....	27
Mapa 2– Primeiras divisões do território maranhense.	28
Mapa 3– Divisão territorial estabelecida em 1751: Estado do Grão-Pará e Estado do Brasil .	29
Mapa 4 – Mesorregiões maranhenses.....	30
Mapa 5 – Microrregiões maranhenses.....	31
Mapa 6 –Ocupação e povoamento do interior do Nordeste	33
Mapa 7 –Correntes de ocupação do território maranhense	34
Mapa 8– Sentido do processo migratório	37
Mapa 9 – Duas Frentes: Litorânea e Baiana.....	42
Mapa 10 – Microrregiões atingidas pelo povoamento das correntes	43
Mapa 11– Mapa com os 54 municípios maranhenses, em 1912.	45
Mapa 12 – Mapa com os 88 municípios maranhenses, em 1959.	46
Mapa 13– Mapa dos 136 municípios maranhenses, em 1993.	47
Mapa 14 – Mapa dos 217 municípios maranhenses a partir de 1996.....	48

Mapa 15 – Localização geográfica do município de Imperatriz	50
---	----

QUADROS

Quadro 1 – Criação de novos Municípios no Brasil.....	21
Quadro 2– Alegações ideológicas dos sentimentos libertários e idealistas.....	21
Quadro 3– Cronologia da organização espacial da Frente Pecuariana.....	39
Quadro 4 – Corrente de povoamento do sertão: particularidades	40
Quadro 5– Ligação política ou vínculos políticos	71
Quadro 6 – Necessidade de emancipação.....	73
Quadro 7 – Poder político e econômico dos grupos.....	74
Quadro 8 – Interesse pessoal na emancipação.....	76
Quadro 9 – Perda de força política do município sede.....	77
Quadro 10 – Influência da força econômica do município sede	78
Quadro 11 – Participação da Sociedade Civil Organizada (SCO)	80
Quadro 12 – Perda de força política da SCO	82

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACII	-	Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
AHI	-	Associação Humanitária de Imperatrizense AlbéAmbroggio
AIL	-	Academia Imperatrizense de Letras
AL	-	Assembleia Legislativa
ALFA	-	Faculdade Alves Faria
Art.	-	Artigo
BASA	-	Banco da Amazônia
BB	-	Banco do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEMAR	-	Centrais Elétricas do Maranhão
CF	-	Constituição Federal
CIBRAZEM	-	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIMI	-	Conselho Indigenista Missionário
DGHE	-	Departamento de Geografia, História e Estatística
Dr.	-	Doutor
Dra.	-	Doutora
EC	-	Emenda Constitucional
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EVM	-	Estudo de Viabilidade Municipal
FAB	-	Força Aérea Brasileira
FACIMP	-	Faculdade de Imperatriz
FEST	-	Faculdade de Educação Santa Terezinha
FPM	-	Fundo de Participação do Município
FSCOI	-	Fórum da Sociedade Civil Organizada de Imperatriz
GO	-	Goiás
Hab.	-	Habitante
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	-	Instituições de Ensino Superior
IFMA	-	Instituto Federal Tecnológico do Maranhão
Km	-	Quilômetro
Lat.	-	Latim

LCF	-	Lei Complementar Federal
LOMI	-	Lei Orgânica do Município de Imperatriz
MA	-	Maranhão
MDR	-	Mestrado em Desenvolvimento Regional
MP	-	Ministério Público
PA	-	Pará
PI	-	Piauí
PIB	-	Produto Interno Bruto
PLC	-	Projeto de Lei Complementar
PLURI	-	Plenária Urbana de Imperatriz
Prof.	-	Professor
Prof ^ª .	-	Professora
SCO	-	Sociedade Civil Organizada
SEPLAN	-	Secretaria de Planejamento
SINDIMIR	-	Sindicato das Indústrias Madeireiras de Imperatriz e Região
SUDEMA	-	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Maranhão
UEMA	-	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UNICEUMA	-	Centro Universitário do Maranhão
UNISULMA	-	Unidade de Ensino Superior do Maranhão
VARIG	-	Viação Aérea Rio-Grandense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TERRITÓRIO E EMANCIPAÇÕES: CONCEITOS E CONCEPÇÕES.....	18
1.1 Território: conceitos.....	18
1.2 Emancipações distritais.....	19
1.3 Emancipações no Brasil: breves apontamentos.....	20
1.4 Criação de novos municípios: legislação	22
2. MARANHÃO: SEU TERRITÓRIO, SUA HISTÓRIA.....	25
2.1 Origem e significado do nome	25
2.2 Localização e situação do Maranhão	26
2.3 Regionalizações do Maranhão	27
2.4 Primeiras povoações	31
2.5 Processo de ocupação do espaço maranhense.....	33
2.5.1 Corrente Litoral ou Litorânea	34
2.5.2 Corrente Criadores de Gado (Frente Pastoril)	37
2.5.3 Corrente dos Migrantes da Seca	40
2.6 Emancipações geopolíticas no Estado do Maranhão	44
3 O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ: INSERÇÃO ESTADUAL E REGIONAL	50
3.1. Localização geográfica do Município de Imperatriz.....	50
3.2 Contexto histórico da cidade de Imperatriz.....	51
3.3 Imperatriz: aspectos econômicos	60
3.4 A abertura da Belém Brasília: impactos econômicos e sociais.....	62
3.5 Extensões territoriais do município	65
4 O PROCESSO DAS EMANCIPAÇÕES NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ	68
4.1 Procedimentos metodológicos.....	68
4.2 Apresentação dos dados e análise dos resultados	71
4.2.1 Ligação política ou vínculos políticos	71
4.2.2 Necessidade de emancipação.....	73
4.2.3 Poder político e econômico dos grupos	74
4.2.4 Interesse pessoal na emancipação.....	75
4.2.5 Perda de força política do município sede.....	76
4.2.6 Perda da força econômica do município sede	78

4.2.7 Participação da Sociedade Civil Organizada (SCO)	79
4.2.8 Perda de força política da SCO	81
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A – ESCALA LIKERT UTILIZADA	92

INTRODUÇÃO

Várias são as razões motivadoras para que se busque uma pesquisa sobre “As emancipações distritais no Estado do Maranhão: o caso do município de Imperatriz”. Um fator importante é o florescimento de trabalhos sistematizados acerca da temática, mas com pouco aprofundamento desse eixo nos trabalhos dos escritores regionais. Os enfoques em destaque serão feitos de maneira documental, bibliográfica, porém, há de construir-se também de forma factual, por que ainda abreviará lacunas. O olhar que se tem hoje é o que se registrou de forma cronológica, narrativa e descritiva, permitindo assim uma abertura para outras investigações.

Dentre os mais destacados historiadores e pesquisadores que registraram fatos históricos de Imperatriz, se encontram Carlota Carvalho, Edelvira Marques de Moraes Barros, Mílson Coutinho, Edmilson Sanches e Adalberto Franklin que, voluntariamente, se dedicaram abnegadamente à pesquisa e registros da história de Imperatriz.

A construção desse ideário histórico se fez por meio de relatos, entrevistas, documentos cartoriais, documentários e depoimentos de pessoas que vivenciaram (protagonistas) acontecimentos diversos que contribuíram para revelações históricas do município de Imperatriz, da sua origem aos dias atuais.

Neste estudo é feito o levantamento histórico dos procedimentos do processo das emancipações distritais no município de Imperatriz-MA, a partir do ano de 1955 (com Montes Altos, primeira emancipação) a 1994 (últimas emancipações), destacando a sua história e buscando sua compreensão mediante a investigação das repercussões emancipacionistas refletidas na construção do seu ideário histórico.

As forças sociopolíticas que integraram as emancipações distritais persistem, atualmente, com suas disputas e interesses e nas transformações (e manifestações) distintas existentes a partir das emancipações distritais, revelando que o Município de Imperatriz, apesar do seu extenso território, tinha baixo poder de influência regional. No entanto, mesmo com a perda de território, se apresenta como influência econômica e política regional, principalmente a partir da inauguração da rodovia Belém-Brasília (anos 1960), que se constitui o ponto referencial do processo de expansão do “novo” município reduzido territorialmente.

O enfoque central da pesquisa refere-se às emancipações distritais no município de Imperatriz-MA. A década de noventa é referencial, por ser o período pós Constituição Federal

de 1988 (que mudou as regras para criação de novos municípios), e também por ter sido historicamente o período de um maior número de distritos emancipados, tornando-se novos municípios. Nesse sentido, foram pesquisados dados e documentos oficiais (alguns primários), institucionais e de autores diversos, artigos científicos, periódicos e outros que contribuiriam para a construção de uma investigação que venha ampliar as discussões e debates acadêmicos acerca do tema.

O caminho percorrido foi o da pesquisa exploratória e documental, de natureza histórica e econômica, que não tende à quantificação, mas à compreensão, investigação e resgate. Inicialmente, realizou-se uma investigação e um levantamento do acervo documental.

Posteriormente, esses documentos foram pesquisados e analisados. Foi realizado um levantamento mais aprofundado sobre o tema proposto por meio de livros, coletâneas, artigos científicos, revistas, relatórios, leis, decretos, mapas, dentre outros.

A sistematização da pesquisa foi outra etapa na tentativa de uma construção do conhecimento do ideário emancipacionista no Estado do Maranhão com enfoque no município de Imperatriz. Nesse contexto, o ato de investigar para compreender e resgatar esses processos de emancipação traduziu-se como fio condutor que identifica objetivamente esta pesquisa.

Buscou-se investigar as possibilidades de uma relação dinâmica entre as emancipações distritais no município de Imperatriz-MA e as possibilidades da possível relação com as suas repercussões político-econômicas após a efetivação legal e institucional da perda de seu território.

Apresenta-se como objetivo principal da pesquisa avaliar as emancipações distritais no município de Imperatriz-MA.

Para atingir o objetivo principal desse trabalho, alguns objetivos específicos são propostos, tais como:

- resgatar os cenários históricos da dinâmica política provocada pelas emancipações distritais no Estado do Maranhão, com enfoque no município de Imperatriz, como expressão do “novo” município reduzido territorialmente;
- compreender o processo das emancipações descrevendo a configuração da nova geopolítica territorial regional;
- investigar as repercussões provocadas pelas emancipações;
- identificar os grupos sociopolíticos envolvidos e suas intencionalidades.

Diante da temática, emerge o problema: a partir da investigação sobre as emancipações distritais no município de Imperatriz-MA, pergunta-se: Quais as repercussões geradas pela perda do território no município de Imperatriz-MA decorrentes das emancipações distritais, no período de 1955 a 1994?

Contudo, para que se pudesse ter uma resposta ao questionamento surgido na idealização deste trabalho, foi necessária uma pesquisa, pois o ato de pesquisar envolve um estudo acurado e o confronto entre as evidências, as informações coletadas sobre o assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Desta forma, se utilizou a abordagem histórica. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória e descritiva; quanto aos meios, utilizou-se a pesquisa documental e a bibliográfica. A coleta de dados se deu por meio de uma escala Likert aplicada a alguns protagonistas do processo emancipatório no município de Imperatriz, destacando os políticos, os empresários, os líderes da sociedade civil organizada e os intelectuais.

O desenvolvimento da pesquisa é feito em quatro capítulos.

No **capítulo inicial**, por meio da revisão bibliográfica, tem-se a fundamentação teórica do foco da pesquisa que constrói as referências que fundamentam a investigação, estabelecendo concepções e conceitos diversos imprescindíveis ao dinamismo da pesquisa, como território, emancipações distritais, o cenário histórico das emancipações no Brasil e a legislação atual.

No **segundo capítulo**, aponta-se, a partir da evolução conceitual, para o resgate de alguns cenários da história do Estado do Maranhão, sua localização, regionalizações, frentes de ocupação e emancipações.

No **terceiro capítulo**, se apresenta o município de Imperatriz resgatando cenários da sua inserção na história estadual e seu protagonismo regional, com destaque para sua localização estratégica, contexto histórico, sua economia, a influência da Belém-Brasília e as mudanças provocadas.

No **quarto capítulo**, são construídos os procedimentos metodológicos de avaliação do processo das emancipações distritais no município de Imperatriz-MA, apresentando os dados e análises dos resultados da pesquisa para que compreendamos os processos emancipatórios com suas repercussões geopolíticas, os grupos políticos, sociais e econômicos envolvidos, avaliando as informações colhidas, buscando-se conectá-las com os objetivos e o referencial teórico.

1.TERRITÓRIO E EMANCIPAÇÕES: CONCEITOS E CONCEPÇÕES

1.1 Território: conceitos

O constante fortalecimento dos poderes de governos locais, como pressuposto da construção de efetivas ações políticas e sociais para fazer crescer e desenvolver regiões e localidades é uma prática que vem de tempos longínquos no Brasil, desde a República Velha (1891), na qual o poder dos coronéis tinha sua força no localismo político.

Ao se discutir os processos de emancipações e a conseqüente desterritorialização de um município, que cede e/ou perde seu espaço geográfico para a criação de outro, vê-se, também, que aquele que perde tem o fim do seu território amplo.

Buscando um contexto histórico, Cigolini e Cachatori (2012) analisam o processo de criação de municípios no Brasil. As suas argumentações sobre o sentido das divisões territoriais se referenciam em Santos (1996), que diz que o estado federativo foi um marco, um divisor na construção de uma noção jurídico-política do território que, ao mesmo tempo, fundamentava e moldava o próprio Estado. Essa noção, entretanto, na atualidade, incorpora novos vetores, e seu uso faz dela objeto de análise social, sendo superada a noção de Estado Territorial. Por isso, o autor usa a metáfora: o retorno do território. Ele esclarece: “o retorno se dá porque, mesmo que o território clássico, do estado nacional, tenha sido questionado, o conceito renovado incorpora novamente um papel ativo”(CIGOLINI; CACHATORI, 2009).

É crível, então, perguntar: O que é mesmo território quando nos referimos aos processos de emancipações? Etimologicamente, território (*do lat. territoriu*) é a área de um país, ou Estado, ou província, ou cidade, etc.(FERREIRA, 1986, p. 1.669).Entretanto, é fundamental avançar na compreensão de um conceito sobre território em sentido legal e constitucional. A Constituição Federal de 1988, no seu Capítulo V – em sua seção II – Dos Territórios, diz: “Art.33. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios. § 1º Os Territórios poderão ser divididos em Municípios, aos quais se aplicará no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título (BRASIL, 2007, p. 17).

O sentido jurídico aqui proposto é que território é uma base geográfica da União, do Estado ou do Município, sobre o qual é exercida a sua soberania, e suas limitações têm força imperativa nas leis e no território como unidade do “Estado”, que é quem ordena a sua publicação.

Em continuidade com o resgate evolutivo do conceito de território, entende-se que sociedade e espaço são intrínsecas, para que possamos compreender melhor as emancipações

e suas consequentes divisões territoriais. Dessa forma, é imprescindível compreender que a junção território e divisão territorial, se faz necessário para que possamos entender os processos de emancipações dos novos municípios em todo o Brasil, já que envolve a vertente jurídico-política do território.

Os processos de emancipações para a criação de novos municípios têm a questão do território na sua base de discussão, por que há (uma vez consolidada a divisão territorial) todo um agir legal e jurídico para o estabelecimento dos limites que comporão a nova geopolítica da região emancipada que, certamente, sofre inúmeras alterações.

Portanto, nesse sentido, Cigolini e Cachatori (2009, p. 34) dizem que: “A divisão do território[...] não se funda em aspectos funcionais determinados por ações e interesses específicos, mas adquire um significado estrutural e inscreve-se nas formas e no conteúdo da vida social”.

1.2 Emancipações distritais

Outra importante temática envolve a leitura conceitual de emancipações e município, como eixos que não devem ser consideradas apenas no sentido literal. Esses eixos devem ser concebidos numa perspectiva integrada entre as suas diferentes características sociais e geopolíticas, mas que se integram. A emancipação distrital, com suas implicações nas transformações político-econômicas, desempenha, aqui, o protagonismo conceitual integrador na perspectiva das alterações geopolíticas regionais.

Numa percepção etimológica emancipar (*do lat. emancipare*) implica no ato de tornar-se livre de algum jugo (FERREIRA, 1986, p. 628). Extraído desse conceito uma palavra central – tornar-se livre –, pode-se atribuir, então, um sentido mais amplo ao incorporarmos outra palavra para acrescer a visão que se quer dar ao contexto. Dessa forma, emancipar é uma secessão, a ação de se desligar, separar-se de algo a que se está unido.

Implica, aqui, contextualizar que *emancipação*, é, então, a *secessão* do território administrativo do novo município (ou cidade), compreendendo todos os seus limites geográficos. Nesse sentido, o *município* é uma divisão territorial administrativa autônoma do Estado, que é governado por um prefeito, uma câmara municipal de vereadores e por seus habitantes. A evolução conceitual de emancipação tem nessa pesquisa uma especial atenção quando consideramos uma visão política.

A emancipação política é também sempre uma emancipação ontológica: ela depende de uma crença, uma crença coletiva na autoridade, oriunda de um ser sempre transcendente e artificial (ou contrafático) com uma percepção ininteligível do real. [...] o agente da emancipação é ainda o Estado. É ele que tem a tarefa de realizar a emancipação política (FICHTE, 2003, p. 143).

Um relevante aspecto a ser observado é que mesmo os grupos políticos e a sociedade organizada se unindo e se manifestando em prol de uma causa emancipatória, o princípio do Estado de Direito coloca como agente principal da consolidação do processo de secessão o Estado burocrático. Ele efetiva e realiza a emancipação política das novas unidades pertencentes ao Estado.

O processo de emancipações distritais tem sido um elemento contributivo na explicação para o entendimento da formação das “novas cidades”, que passam a se tornarem, também, centros urbanos.

Dessa forma, com esses conceitos postos, podem ser construídos outros caminhos para que se consigam resultados com mais rigor, com potencialidades crítico-normativas acerca das emancipações distritais com suas nuances históricas e transformações político-econômicas.

1.3 Emancipações no Brasil: breves apontamentos

Os processos das emancipações distritais no Brasil têm continuidade mais ampliada nos anos de 1930 (governo getulista), tornando-se mais intenso entre os anos de 1950 a 1960, sendo que de 1964 a 1984, com os governos militares, há um pequeno travamento. Com a redemocratização do Brasil, após o fim do Regime Militar, iniciou-se uma mobilização no país pela criação de novos municípios aumentando, consideravelmente. Do fim da ditadura (1984) até o ano de 2013 foram criados no Brasil 1.596 novos municípios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), no Brasil existiam, até 1980, somente 3.974 municípios. Destacando-se dois períodos (de 1940 a 1970 e de 1980 a 2013) – épocas, cenários e realidades políticas diferentes –, é possível se perceber que houve várias oscilações (crescentes e decrescentes) na folia de emancipações distritais no Brasil. De 1940 a 1970, houve um crescimento de 151,08% na criação de novos municípios no Brasil. De 1980 a 2013, houve um crescimento de apenas 40,16%. Essa retração dá-se devido às mudanças das regras constitucionais para a criação dos novos municípios estabelecidas pela CF/1988. Segundo o IBGE (2013) há, atualmente, no Brasil, 5.570 municípios.

No Quadro 1 é possível perceber a evolução dos processos de criação de novos municípios no Brasil.

Quadro 1–Criação de novos Municípios no Brasil

ANO	Qtde. de Municípios	Evolução em %
1940	1.574	151,08%
1950	1.889	
1960	2.766	
1970	3.952	
1980	3.974	40,16%
1988	4.147	
1990	4.491	
1996	4.987	
1997	5.507	
2001	5.561	
2010	5.565	
2013	5.570	

Fonte: IBGE (2013), com adaptações.

Os estudos realizados no Brasil após a CF/88 (principalmente nos anos da década de 1990) buscaram compreender as motivações que mobilizaram grupos políticos e sociedade civil organizada por todo o país, objetivando em suas localidades distritais a emancipação do povoado para se tornar um “novo município”.

O processo de desterritorialização (desmembramento de uma cidade gerando um novo município) é constituído por discursos com sentimentos libertários e idealistas. Os grupos políticos interessados criaram discursos e justificativas que se tornaram bordões, de norte a sul do país, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2–Alegações ideológicas dos sentimentos libertários e idealistas

A denúncia do descaso do administrador público do município sede;
A coexistência da vocação econômica local agregada ao incremento das receitas (repasses federais e estaduais) por lei estabelecida;
O território do município sede é muito extenso, o que impossibilita uma boa gestão aos distritos;
O êxodo rural certamente seria estancado uma vez que a população do município sede é crescente;
A “garantia” de que a emancipação como ato libertário garante a melhoria da qualidade de vida dos municípios dos distritos emancipados.

Fonte: Elaborado a partir de Santos Júnior (2001).

Esses argumentos são elementos que integram e endossam, certamente, as estruturas ideológicas dos discursos, em que, a alternância e transferência de poder geram disputas entre

os grupos políticos numa dicotomia entre aqueles que se posicionam pela centralização e permanência administrativa no município sede e os que são a favor da descentralização das funções político-administrativas do “novo” município, podendo viver sua “total” independência.

1.4 Criação de novos municípios: legislação

Compreender o processo jurídico que envolve as emancipações distritais no Brasil é de suma importância para que se avalie e se resgate de forma mais acurada a identificação, investigação e compreensão das repercussões e transformações geopolíticas geradas na geografia de uma determinada região por consequência do desmembramento de um município – que gera outro.

Após a República Velha (1889-1930), o governo constitucional de Getúlio Vargas, na Constituição Federal de 1934, reduz o poder dos estados sobre a administração do município dando autonomia local para que se elessem prefeitos e vereadores.

Nos anos da década de 1940, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) – período de inclinação da política liberal –, a nova Constituição Federal de 1946 causou um entusiasmo municipalista, pois promoveu a ampliação da autonomia financeira e político-administrativa dos municípios, devolvendo-lhes (como asseverava a CF/1934) o processo eletivo dos prefeitos e partilha dos tributos, suprimidos no governo ditatorial de Vargas.

Art. 23 – Os Estados não intervirão nos Municípios, senão para-lhes regularizar as finanças quando:
 I – se verificar impontualidades no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;
 II – deixarem de pagar, por dois anos, consecutivos, a sua dívida fundada (BRASIL, 1946, p. 03).

Porém, rompendo com a democracia, instala-se na década de 1960 – precisamente em 1964 – o Regime Militar no Brasil, que se torna emblemático pelo marco da centralidade política, administrativa, social, cultural, educacional, constitucional, etc. A Constituição Federal militar de 1967 permite as emancipações municipais feitas por uma lei estadual, mas em consonância com os pressupostos a ser definidos em lei complementar.

Já nos anos da década de 1980, o Brasil, vivendo o processo de redemocratização, (emblematicamente simbolizado por meio do movimento popular, “*Diretas Já*”), constrói a sua luta contra a política repressiva do Regime Militar.

A partir de 1984, com a posse do Governo Federal eleito – de forma indireta – os agentes federativos foram conseguindo, lentamente, o direito de se regerem de forma autônoma, tendo um amparo legal na CF/1988, que estabelece a coesão da força federativa, cria modelos novos para a gestão e delega atribuições da especificidade de ente federativo aos municípios brasileiros.

Dessa forma, a legislação vigente tem sua base legal na CF/1988, que no seu Título III – Da Organização do Estado, Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa, assim, definiu:

Art. 18. § 4º. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal-EVM, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 2007, p. 13).

Esse artigo constitucional exige, pede uma Lei Complementar Federal (LCF) que até os dias atuais ainda não foi aprovada, o que tem gerado uma série de debates e discussões entre o Congresso Nacional, juristas, Governo Federal, Estados e Municípios.

No ano de 1996, foi aprovada pelos parlamentares brasileiros a Emenda Constitucional (EC) n. 15, de 12 de setembro de 1996, que trata da criação, incorporação, fusão, desmembramento de municípios (far-se-ão por lei estadual), que, explicitamente, altera o texto do § 4º do Art.18 da CF/88, que proibia a criação de novos municípios por lei estadual, tendo como instrumento legal apenas a autorização de LCF (BRASIL, 2008).

Esse cabo de guerra é ampliado pela aprovação da *EC n, 57*, de 18 de dezembro de 2008 – que convalida os atos de criação dos municípios com leis publicadas até 31 de dezembro de 2006 e define que é preciso ter a LCF para que o processo seja devidamente legal (BRASIL, 2008).

Em continuidade a essa querela jurídica sobre a criação de novos municípios, é aprovado, em 04 de junho de 2013, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 416/2008, *que devolve aos estados o direito autônomo de legislar sobre os processos de emancipações municipais*:

Art. 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão da realização de Estudos de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os prazos, procedimentos e condições estabelecidos nesta Lei Complementar (BRASIL, 2008, p. 13).

Portanto, é nesse contexto que se inserem os debates sobre as propostas feitas pelos mais diversos grupos políticos, sociais e econômicos no que tange à criação de um município e ao desmembramento de outro município, alterando a geografia e a geopolítica regionais. Não prevalecem, aqui, as percepções sobre as funções político-administrativas dos municípios no Brasil, que envolvem a sua área urbana e rural, além das prerrogativas de outras funções legais como organizar a vida da cidade e dos povoados; elaborar decretos e leis que ordenem a arrecadação tributária, aplicados e retornados à população como serviços, prevalecendo a organização social, jurídica e de receitas e investimentos em políticas públicas.

A emancipação faz com que um “antigo” distrito deixe sua subordinação ao município sede, e se espera que seja capaz de se tornar um “novo” município com as vivências de sua independência conquistada.

2.MARANHÃO: SEU TERRITÓRIO, SUA HISTÓRIA

2.1 Origem e significado do nome

A terra de Pindorama (em tupi-guarani: terra das palmeiras), assim nominada pelos nativos, com a chegada dos colonizadores portugueses para tomar posse de sua colônia na América, em cumprimento ao Tratado de Tordesilhas, passa a se chamar Terra de Vera Cruz, de referência cristã. Com o extrativismo da ibirapitanga (em tupi: ibira “pau, madeira” e pitã “vermelhoa brasa”, o pau-brasil), os portugueses passaram a chamar sua colônia de Brasil, nome alterado no Primeiro Império, pela Constituição de 1824, para Estados Unidos do Brasil.

Para os estudiosos e pesquisadores em geral, notadamente da História e da Geografia, uma das primeiras inquietações que devem ser respondidas é sobre a origem e o significado do nome Maranhão. A origem do nome “Maragnon”¹ é marcada por algumas controvérsias, afirmando-se denominações por motivos físicos e culturais.

A Figura 1 apresenta a temática sobre a discussão histórica da origem do nome da palavra Maranhão.

¹Segundo Meireles (1980, p. 29), “O primeiro registro conhecido é de Antonio Galvão, no livro *Descobrimento do mundo*, porque relaciona a terra ao nome do rio Marañon, citado e identificado, em 1499, por Gonçalo Pizarro, atribuído em homenagem a seu companheiro de viagem, Fernando Gonçalves Marañon. Simão Estácio da Silveira, em 1624, atribui o nome da terra ao comandante da expedição que descobriu o rio Marañon, afluente da nascente do rio Amazonas, no Peru”. Pacheco (1922, p. 339), com origem associada à cultura indígena, faz referência a alguns vocábulos, dentre os quais podem destacar: “Maranhay”, água que corre à toa, em vertigem; “marã-n-aã”, mau, ruim (com referência ao terreno pantanoso) e “Mbará-nhã”, mar corrente, o grande caudal que simula o mar a correr.

Figura 1 – Sobre a origem do nome Maranhão



Fonte: “Maragnon-1647”Barlaeus (1980,p. 12).

Pode-se considerar, também, a denominação relacionada ao rio Marañon como a mais apropriada para a terra maranhense em face da confusão que reinava entre os primeiros colonizadores que, frequentemente, confundiam a entrada do Golfo do Maranhão com a do Amazonas. Muitos naufragaram nas proximidades da atual baía de São Marcos e, os naufrágios eram divulgados como ocorridos na embocadura do rio Amazonas (PACHECO, 1922, p. 340).

2.2 Localização e situação do Maranhão

A localização é um procedimento fundamental ao se iniciar o estudo de um objeto que ocupa determinado espaço, pois é a partir da determinação do local onde este se encontra que podemos estabelecer as relações de influências e de dependência desse objeto com os demais elementos do meio circundante.

O Maranhão é parte da região Nordeste (suas terras estão situadas na zona de transição chamada Meio-Norte). Por essa razão, a parte noroeste do estado possui características físicas dessa região (nordestina), como clima quente e úmido e vegetação típica da floresta Amazônica. Noutras regiões do Estado, o clima é tropical e a vegetação é variada (cerrado, caatinga, matas, palmeiras, etc.).

Como mostra o Mapa 1, a localização geográfica do Maranhão faz fronteiras e limites ao norte, com o oceano Atlântico; ao sul, sudoeste e oeste, com o estado do Tocantins (tendo como divisa os rios Tocantins e Manuel Alves Grande); a leste, nordeste, sul e sudeste, com o

estado do Piauí (separados pelo rio Parnaíba); a oeste e noroeste, com o estado do Pará – separado pelo rio Gurupi (NASCIMENTO, 2001, p. 16).

Mapa 1– Localização geográfica do Maranhão: fronteiras e limites.



Fonte: IBGE, (1984), com adaptações.

Os pontos extremos mais afastados do centro de seu território: ao norte, a ponta do Bacanga, na foz do rio Gurupi em Carutapera; ao sul, a nascente do rio Águas Quentes, na chapada das Mangabeiras em Alto Parnaíba; a leste, a foz do rio Parnaíba em Araiões; a oeste, a confluência dos rios Araguaia e Tocantins, no lugar denominado “Bico do Papagaio”, próximo à Imperatriz (NASCIMENTO, 2001, p. 17).

2.3 Regionalizações do Maranhão

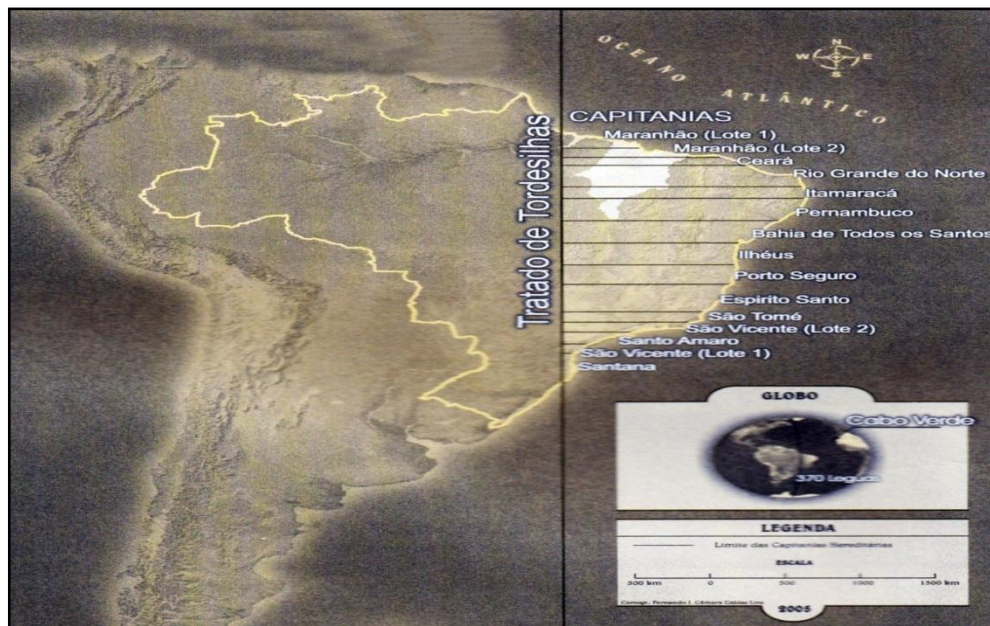
A regionalização é compreendida aqui como a divisão de um território em regiões, tendo como objetivo melhor caracterizá-lo e delimitá-lo, visando a orientar as políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal.

A regionalização (divisão territorial em regiões com suas características e delimitações) do Maranhão obedeceu a diversos aspectos teóricos e metodológicos que representaram determinados períodos da história do Brasil e do Maranhão.

As primeiras divisões do território maranhense foram realizadas durante o Período Colonial, com a instituição das Capitânicas Hereditárias. A Capitania do Maranhão ocupava o

extremo norte do Brasil – dividida em dois lotes: **Lote 1:** João de Barros e Aires da Cunha; **Lote 2:** Fernando Álvares de Andrade, – e estendia-se no sentido longitudinal, sendo delimitada ao norte e leste pelo Oceano Atlântico; ao sul, pela Capitania do Ceará e, a oeste, pela linha do Tratado de Tordesilhas (CUNHA; SIEBERT,2013, p. 41), como mostra o Mapa 2.

Mapa 2– Primeiras divisões do território maranhense.



Fonte: Feitosa e Trovão (2006,p. 18).

Em 1621, foi instituído o Estado Colonial do Maranhão, que perdurou até 1652, quando foi extinto, e suas capitânicas consideradas autônomas. O Estado Colonial do Maranhão era dividido em duas Capitânicas Gerais, a do Maranhão e a do Grão-Pará. A Capitania Geral do Maranhão compreendia as capitânicas subsidiárias do Ceará, Icatu, Itapecuru, Mearim, Tapuitapera, Caetés e Vigia (MEIRELLES, 1980, p. 77).

No ano de 1654, a divisão anterior foi restabelecida com a criação do Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, permanecendo a capital em São Luís-MA e incorporando a capitania do Piauí, que pertencia ao Estado do Brasil. Nova divisão foi realizada em 1751, com a mudança de denominação para Estado Colonial do Grão-Pará e Maranhão, transferindo-se a capital para a cidade de Belém-PA, como mostra o Mapa 3.

Mapa 3– Divisão territorial estabelecida em 1751: Estado do Grão-Pará e Estado do Brasil



Fonte: Feitosa e Trovão (2006, p. 19), com adaptações.

Em 1772, o Estado do Grão-Pará foi novamente dividido e deu origem aos estados do Maranhão e Piauí, com uma única capital, sediada em São Luís, e do Grão-Pará, com a capital em Belém. O Estado do Maranhão e Piauí reunia as capitânicas de mesmo nome e permaneceu até 1811, quando foi conferida autonomia à Capitania do Piauí e instituído o Estado Colonial do Maranhão, o que prevaleceu até à Independência, em 1822.

No período do Império, o Estado do Maranhão passou à denominação de Província do Maranhão, sendo alterados os seus limites a oeste, que passaram do rio Turiaçu para o rio Gurupi e, ao sul, a chapada das Mangabeiras. Com a proclamação da República, foi mantida a denominação de Estado do Maranhão.

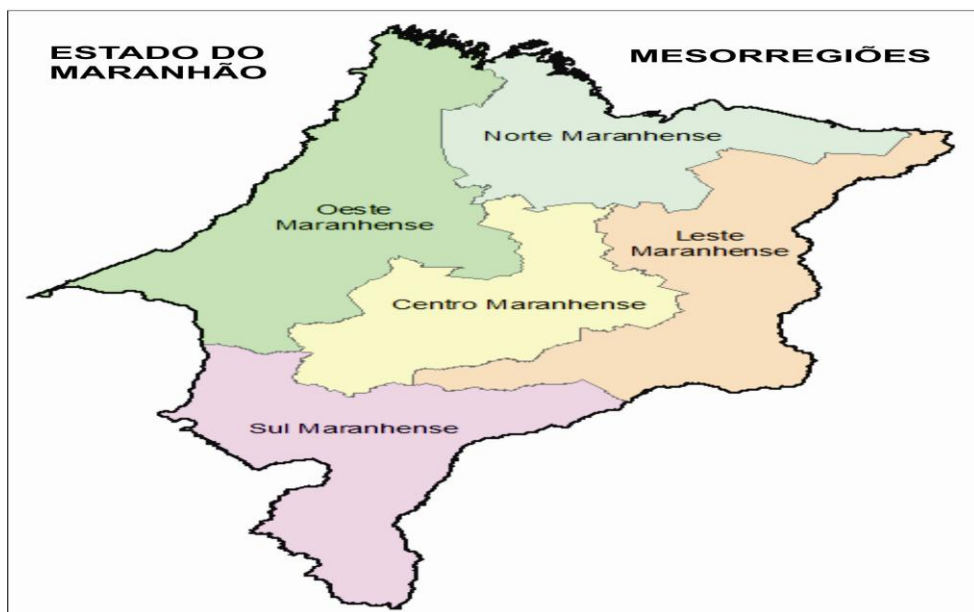
Ao longo dos períodos da Colônia (1500-1808) e do Império (1822-1889), as divisões regionais que compartimentaram o território maranhense foram motivadas apenas por interesses político-administrativos. Durante o período Republicano, apenas uma divisão regional teve caráter político ainda que com justificativa técnica. Com tal motivação, o Estado do Maranhão foi dividido em 18 Gerências Regionais.

A primeira divisão regional do Estado do Maranhão, baseada em fundamentos técnicos relacionados ao planejamento do desenvolvimento, foi elaborada por Leal (1970), para a

Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA). Considerando prioritariamente o quadro natural do Estado, foram delimitadas 7 regiões ecológicas com as respectivas características fisiográficas e socioeconômicas, a saber. Litoral, Baixada, Cocais, Cerrado, Chapadões, Planalto e Pré-Amazônica.

Em nível federal, o IBGE (1970) dividiu o Brasil em macrorregiões, mesorregiões e microrregiões. O Estado do Maranhão foi dividido em 5 mesorregiões geográficas. O Mapa 4 mostra essas mesorregiões no Estado do Maranhão.

Mapa 4 – Mesorregiões maranhenses.

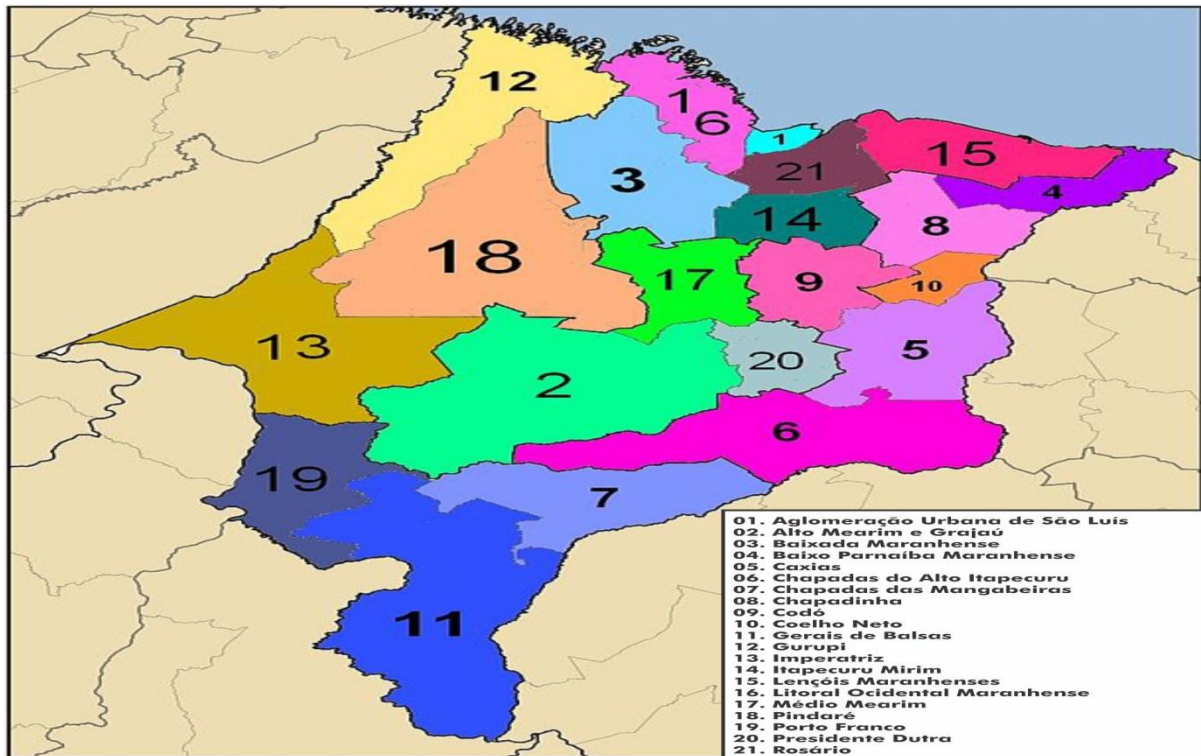


Fonte: Feitosa e Trovão (2006, p. 20), com adaptações.

Dessa forma, o Maranhão foi espacializado geograficamente em cinco mesorregiões tendo como objetivo caracterizar e delimitar seu território, visando orientar as políticas públicas de desenvolvimento a serem implementadas de forma mais efetiva e concreta.

Destaca-se, que as Mesorregiões estão subdivididas em Microrregiões. Nesse sentido, a geografia das terras maranhenses é o conjunto de 21 Microrregiões, conforme, mostra o Mapa 5.

Mapa 5 –Microrregiões maranhenses



Fonte: Feitosa e Trovão (2006, p. 20), com adaptações.

A mais recente divisão do território maranhense, com critério técnico, foi realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Considerando a metodologia dos domínios geoambientais, o território maranhense foi dividido em 9 Regiões Ecológicas e 31 sub-regiões (EMBRAPA, 2005).

2.4 Primeiras povoações

São Luís foi resultado da ocupação francesa, em 1612, e a comunidade mais antiga do Estado do Maranhão. As primeiras tentativas de ocupação do território maranhense resultaram da partida de Lisboa, em 1535, de uma armada comandada por Aires da Cunha que, junto com Fernão Álvares de Andrade e o historiador João de Barros, além de outros, dirigiram-se para o Maranhão, de cuja capitania era donatários. O empreendimento, no entanto, fracassou, pois, logo após penetrar no Golfão Maranhense, a embarcação naufragou próximo à Ilha do Medo (IBGE, 1959, p. 339). Os sobreviventes, algum tempo depois, voltaram para Portugal nos navios piratas que por aqui aportaram.

Em 1554, uma nova expedição foi efetivada por Luís de Melo e Silva, novo donatário da capitania, a quem o rei D. João III, em virtude da desistência de João de Barros, doou a capitania do Maranhão. Como o primeiro donatário, este também não foi bem sucedido. Sua frota naufragou nas proximidades da Coroa Grande. Em virtude disso, Luís Melo e Silva resolveu voltar para Portugal em uma das caravelas que não naufragou.

O insucesso das lutas na África e a anexação de Portugal à coroa espanhola colaboraram para que os portugueses “esquecessem” o Maranhão, fazendo com que os franceses se interessassem em ocupá-lo.

Pondo em prática as suas intenções de conquista, os franceses equiparam três embarcações que sob o comando de Jacques Riffaut, chegaram a São Luís, em 1594. Essa expedição também não obteve êxito. Dentre as causas do insucesso, destacam-se o naufrágio do navio principal e os desentendimentos entre os próprios membros da expedição.

Como resultado, parte da tripulação resolveu voltar para a França. Outros preferiram ficar, familiarizando-se com os índios, participando de suas lutas e adquirindo sua simpatia. Charles Des Vaux resolveu, mais tarde, regressar para seu país e, ali contou ao rei Henrique IV as maravilhas observadas na nova terra.

O rei, então, ordenou a Daniel de La Touche, Senhor de La Rvardière, que partisse para as novas terras a fim de comprovar a veracidade das notícias que tinha recebido. Dessa viagem, entretanto, não resultaram fatos positivos, pois nesse período faleceu D. Henrique IV.

Em 1611, houve nova tentativa, no reinado de Luís XIII, quando La Ravardière, unindo-se a de Rasily e ao Barão de Sancy, organizou nova expedição, que partiu do Porto de Conçale, a 19 de março de 1612, chegando ao Maranhão em 6 de agosto do mesmo ano, e ancorado em frente à Ilha do Maranhão – Upaon-Açu.

Na certeza de que os portugueses viriam lutar pela conquista do Maranhão, os franceses trataram, imediatamente, da construção de um forte em lugar alto e próximo ao ancoradouro, nas proximidades do atual palácio do Governo, na avenida D. Pedro II.

Após a construção do forte, de Rasily atribuiu-lhe o nome de São Luís, em homenagem a Luís XIII, rei da França e de Navarra, e, ao porto, o nome de Santa Maria, em atenção a Maria de Médicis, rainha da França e de Navarra, mãe do regente Luís XIII.

No dia 8 de setembro de 1612, foi erguida uma cruz na Ilha e, após a sua bênção, ouviu-se o tocar da artilharia do forte e dos navios franceses ali ancorados. Este ato foi considerado o evento que oficializou a fundação da cidade de São Luís. Três anos após a ocupação, os portugueses atacaram os franceses que, após lutarem bastante, foram derrotados, voltando, assim o Maranhão para o domínio lusitano, cuja principal herança é representada pela

arquitetura colonial. Segundo Melo (1983), “o Maranhão é, no mínimo, um nordeste diferente”.

Seguiu-se a formação das outras povoações: Icatu, 1758 (antiga Santa Maria de Guaxenduba); Alcântara, 1759 (antiga Tapuitapera); Pastos Bons, 1764; Caxias, 1821 (antiga São José das Aldeias Altas ou Caxias das Aldeias Altas).

2.5 Processo de ocupação do espaço maranhense

O povoamento do interior nordestino (Sertão) iniciou-se no século XVII (1601-1700) e foi feito por criadores de gado e vaqueiros de Pernambuco (Olinda e Recife) e da Bahia (Salvador). A penetração do Sertão deu-se principalmente pelos vales dos rios. O mais importante foi o rio São Francisco, que fixou o homem e o gado no interior do Nordeste.

O Mapa 6, mostrando o Nordeste com a divisão atual em estados, indica até onde chegaram os povoadores pernambucanos e baianos. O povoado de Pastos Bons (atual município de Pastos Bons), fundado na década de 1740, serviu de base para o avanço da pecuária no interior maranhense.

Mapa 6–Ocupação e povoamento do interior do Nordeste



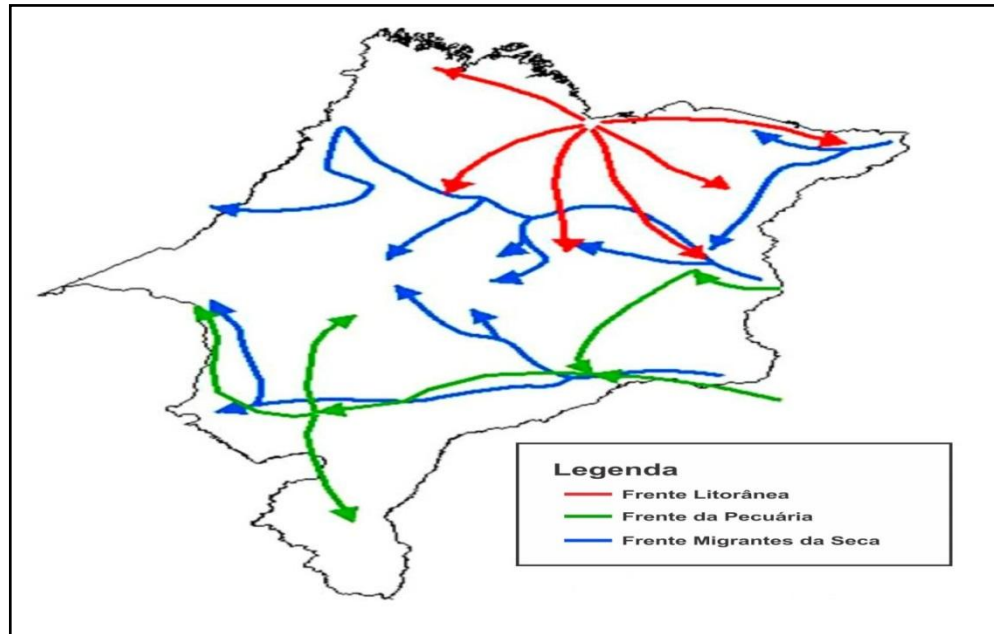
Fonte: CUNHA (2013, p. 102).

O processo de ocupação do espaço maranhense desenvolveu-se a partir de três importantes correntes com origens e tempos diferentes: a corrente do Litoral (1612): os franceses ocupam o Maranhão; a dos criadores de gado (1730): vaqueiros e criadores de gado

ocupam o sertão maranhense); e a dos migrantes da seca (1910): quatro décadas após o fim do avanço do gado.

O Mapa 7 descreve as principais correntes de ocupação do território maranhense.

Mapa 7–Correntes de ocupação do território maranhense



Fonte: Feitosa e Trovão (2006, p. 40), com adaptações.

2.5.1 Corrente Litoral ou Litorânea

Antes que se oficializasse a ocupação do Maranhão pelos europeus, o litoral maranhense foi amplamente desbravado.

[...] no primeiro século da vida brasileira, as suas costas perlustradas (eram) ‘percorridas’ pelos precursores de Cabral – Alonso de Ojeda, Vicente Pizon e Diego de Lepe – e por navegadores que se aventuravam pela costa norte do país, explorando-a ou procurando uma passagem para o Peru (ANDRADE, 1984, p.34).

Uma vez tendo fracassado as tentativas de colonização do Brasil por meio da divisão em capitânicas hereditárias, o Maranhão permaneceu por mais de um século esquecido pela Coroa Portuguesa.

Em função disso, sua área costeira tornou-se palco de disputa entre traficantes, piratas, que clandestinamente comercializaram com os índios, levando para a Europa produtos tropicais do Maranhão, como, por exemplo, o algodão, o âmbar (amarelo), as madeiras e em menor

quantidade o pau-brasil, já que este vegetal não era tão abundante aqui como nas demais áreas do litoral nordestino (D'ABBEVILLE, 1975, p.51).

Resultado das inúmeras invasões, especialmente dos franceses, estes deixavam ao longo da costa alguns aventureiros que aqui permaneciam até o regresso da embarcação, aprendendo a língua, os costumes dos indígenas, além de armazenar as mercadorias que eram posteriormente comercializadas.

O resultado da comercialização desses produtos, em que pese também o fracasso da colônia fundada por Villegaignon no Rio de Janeiro, bem como o desejo da expansão colonial da França, foram os fatores decisivos que levaram os franceses a ocupar o Maranhão no século XVIII, estabelecendo-se em 1612 na Ilha do Maranhão, iniciando-se assim a ocupação do Maranhão pelo litoral (VIVEIROS, 1992, p.7).

A ocupação francesa durou três anos. Foram expulsos pelos portugueses, que estabeleceram o segundo momento da ocupação costeira desenvolvida em três frentes: a primeira ao *longo do litoral*, a oeste de São Luís, através da navegação marítima no sentido oeste, penetrando pelos estuários dos rios, fundando cidades em áreas antes ocupadas pelos indígenas. O resultado desse encontro foram lutas violentas com massacres de ambas as partes, sobretudo dos indígenas. Essa frente dedicou-se principalmente à pesca, à agricultura de mandioca e de cana-de-açúcar, e dela resultaram os centros urbanos e os respectivos municípios de Cururupu e Guimarães, dos quais, em épocas mais recentes, outros municípios se desmembraram.

A *segunda frente* que partiu da ilha do Maranhão dirigiu-se também ao longo do litoral, no sentido leste, com o propósito de desenvolver a pesca, a pecuária e o extrativismo do sal. Desta, resultaram os municípios de Icatu, Primeira Cruz, Barreirinhas e Tutóia, sem incluir aqueles que se desmembraram mais tarde.

Uma *terceira frente* partiu do litoral e avançou pelos vales úmidos dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. No vale do rio Itapecuru, avançou até a atual cidade de Caxias, então denominada Aldeias Altas. Embora o objetivo principal dessa penetração fosse a agricultura canavieira, foi o algodão que fortaleceu a ocupação do vale do Itapecuru, de cuja comercialização resultaram os municípios de Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Cantanhede, Caxias e Codó, entre outros.

A entrada em direção aos vales úmidos dos rios Mearim e Pindaré não se interiorizou tanto quanto a que se desenvolveu no vale do Itapecuru. O desmatamento da floresta e o excesso de umidade não possibilitaram a utilização do solo para o tipo de agricultura

recomendado na época; pelo vale do Mearim conseguiram avançar só até Pedreiras, surgindo antes Bacabal e Ipixuna (atual São Luís Gonzaga) e Baixo Mearim (atual Vitória do Mearim), enquanto pelo vale do Pindaré avançou até o lugar onde foi instalado o Engenho Central de São Pedro, onde se desenvolveu a cidade de Pindaré Mirim, tendo antes possibilitado o surgimento do núcleo que deu origem a Monção, um dos mais antigos e menos desenvolvidos municípios do Maranhão.

Uma corrente menor que a dos vales úmidos deslocou-se através da baía de São José em direção ao vale do Munim; esta, no entanto, pouco prosperou, indo só até Axixá e Morros; uma das causas de sua relativa importância foi à incidência muito grande de pedras que afloram no curso inferior do referido rio. Afirmam Feitosa e Trovão (2006, p.41) que: “Embora essas frentes de ocupação tenham se desenvolvido isoladas e em épocas distintas, ambas delinearão o perfil da exploração econômica da época, cujos padrões de comportamento são distintos nos espaços ocupados”.

Levando-se em conta o processo de ocupação do território brasileiro, chega-se à conclusão de que, em relação a outras regiões, a ocupação do Maranhão se efetivou, posteriormente, em que pesem as tentativas dos seus donatários de ocupá-lo no século XVI.

No século XVII, mais precisamente em 1612, depois de terem obtido um levantamento detalhado de todas as particularidades da navegação na costa maranhense, os franceses aqui aportaram, dessa vez com propósitos definitivos de fundar uma colônia, a França Equinocial, iniciando-se, efetivamente, a ocupação do que veio a ser o Estado do Maranhão.

Expulsos os franceses, a colonização portuguesa teve início com a primeira frente de expansão, isto é, a frente litorânea, cujo objetivo principal era a ocupação do espaço mais próximo, para depois expandir-se em todo o território. Para que essa meta fosse cumprida, necessitava-se não só da mão-de-obra, mas também vencer a resistência dos verdadeiros donos da terra, os povos nativos, os índios (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p.43).

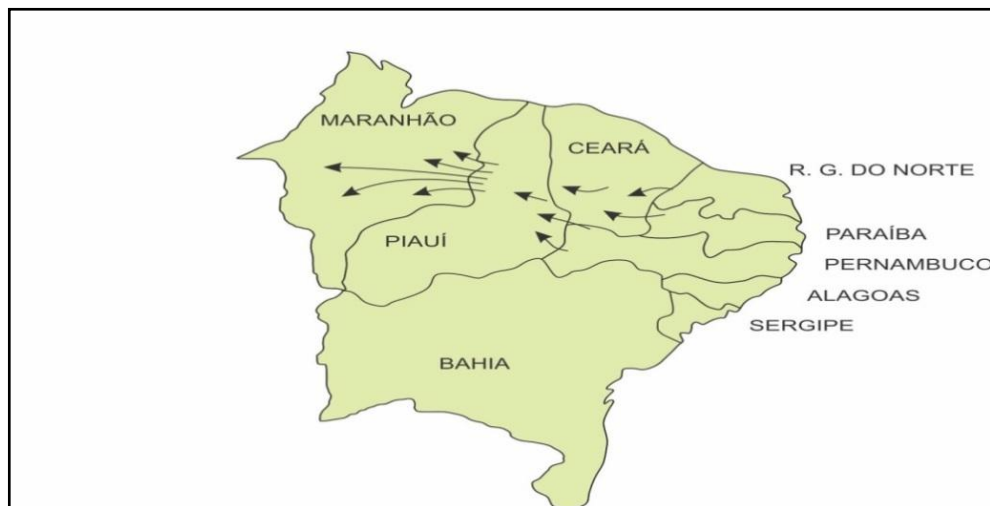
A sua dominação só foi possível com atos de violência que resultaram no desaparecimento de inúmeros representantes dos povos nativos. Outro método foi adotado para dominar os índios: a catequese. Desse modo, a Igreja Católica teve uma participação decisiva no processo de colonização, embora a sua ação tenha se desenvolvido de forma não oficial.

2.5.2 Corrente Criadores de Gado (Frente Pastoril)

Também conhecida como *Frente Pastoril*, a corrente dos criadores de gado, que penetrou nos sertões maranhenses, tem como marco principal o gado: suas origens estão nas caatingas nordestinas, de onde saíram acompanhando o rio São Francisco em terras pernambucanas e baianas, e se espalhou no interior maranhense através dos sertões de Pastos Bons, caracterizando-se por alguns aspectos específicos, dentre os quais o de uma sociedade inicialmente rústica e frugal (CABRAL, 1992, p.22). Este processo de ocupação iniciou-se, aproximadamente, um século após o avanço da *Frente Litorânea* em direção aos médios vales úmidos. Foi a partir de 1730 que chegaram os primeiros vaqueiros e os criadores de gado. O seu avanço foi resultado da implantação da agroindústria açucareira, que dependia do gado, não só como alimentação, mas também como meio de transporte e força motriz dos engenhos. Segundo Cabral (1992, p.23), “no último quartel do século XVIII, já havia na região inúmeros fazendeiros de gado espalhados pelos vales dos principais rios e riachos”.

O Mapa 8 mostra a direção da frente pastoril e a conseqüente penetração no espaço geográfico maranhense.

Mapa 8– Sentido do processo migratório



Fonte: Bezerra (1994, p. 28), com adaptações.

Pernambuco e Bahia, por se caracterizarem como os dois centros açucareiros, passaram a utilizar o carro-de-boi para servir de força motriz e como elemento integrado ao meio de transporte de carga na época. Por sua vez, o crescimento e o desenvolvimento do rebanho,

através do pastoreio, desviavam-no, gradativamente, da área canavieira, pois as duas atividades possuíam características próprias de cada tipo de exploração.

O ramo da corrente pastoril que se deslocou para o norte alcançou o interior do Ceará e Piauí, e, a partir daí, no início do século XVIII, penetrou no solo maranhense, nas terras de Pastos Bons. Além da expansão açucareira, a disponibilidade de terras desocupadas favorecia a interiorização do rebanho que, pela própria dinâmica do pastoreio, carecia de extensas áreas, o que não faltava nos sertões maranhenses (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p.42).

Desse modo, a partir de 1730, vaqueiros e gados atravessaram o rio Parnaíba, ocupando inicialmente as proximidades do rio, instalando as primeiras fazendas, fundando, em 1740, o povoado de Pastos Bons, indispensável como ponto de apoio para o avanço da conquista. De Pastos Bons saíram expedições em todas as direções. Deslocando-se no sentido oeste e acompanhando o rio Itapecuru, os criadores iam dominando o sertão.

Em 1751, havia 44 fazendas na área ocupada e cerca de 60 léguas (360 km) de terras povoadas, embora esparsamente. Uma parte da corrente inflexiona-se para o leste; desta vez, a jusante (correnteza da nascente para a foz) do rio Itapecuru em Aldeias Altas (atual Caxias), com a corrente que saiu do litoral. Almeida (1852, p. 41) escreveu que: “Esta migração no que diz respeito a método e fontes se depara com diversos obstáculos e caracterizou-se pelo comércio, mas trazia no seu interior uma onda migratória pelo Piauí (desde 1730) que ocupou sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins”.

A conquista dos sertões maranhenses pelo avanço contínuo, às vezes lento, dos rebanhos bovinos, não se fez de maneira pacífica. Inúmeros confrontos, com mortes de ambos os lados, aconteceram entre índios, fazendeiros e vaqueiros, levando muitas vezes ao aprisionamento dos nativos.

Então, o aqui não o dito sertão? Ah, que tem maior. Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive sem Cristo-Jesus, arredado do arrocho de autoridade [...] o sertão está em toda parte (ROSA, 1983, p. 9)

Outro fator que deve ser observado é o isolamento dessa parte do Maranhão em relação ao restante do Estado, no caso do litoral e grande parte da planície, áreas mais desenvolvidas. O isolamento era tão acentuado que, em 1770, ao ser elevado à categoria de vila o povoado de Pastos Bons, o rei de Portugal, D. José I, determinou que a recém-criada vila ficasse sob a

jurisdição da vila de Oeiras da Província do Piauí, com a qual as ligações de Pastos Bons eram acentuadas.

Em virtude da influência do rio Tocantins na ocupação do espaço, em 1789, uma carta Régia determinou que o governo maranhense mandasse ocupar o seu vale pelo lado do Maranhão.

À medida que a frente pecuarista avançava, o espaço ia se organizando. Essa organização pode ser cronologicamente, resumida, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3–Cronologia da organização espacial da Frente Pecuarista

ANO	FATOS E CARACTERÍSTICAS
1806	A primeira expedição que saiu de Pastos Bons alcança o rio Manoel Alves Grande, à proximidade do qual vão surgindo inúmeras fazendas de gado. Descendo o rio Manoel Alves Grande, alcança o rio Tocantins, ocupando gradativamente o seu vale.
1808	Funda Riachão
1810	No intuito de conquistar parte dessas terras para o desenvolvimento da pecuária, fundou-se Carolina na margem esquerda do rio Tocantins (do lado de Goiás, atual Tocantins).
1811	Surge o Porto na Chapada, da atual cidade de Grajaú.
1831	A vila de Carolina foi transladada para a margem direita do rio Tocantins, em terras maranhenses onde existia o povoado São Pedro de Alcântara.
1840	Funda Barra do Corda, às margens do rio Corda, próximo a foz no rio Mearim.
1852	Funda Porto, à margem direita do Tocantins bem em frente à Boa Vista (atual Tocantinópolis).
1854	1854 – A lei nº 1773, de 23 de agosto, que definiu os limites entre as províncias de Goiás e Maranhão, incorporou Carolina ao território maranhense.
1868	1868 – a partir desse ano, a expansão pecuarista ficou mais lenta. Dentre os motivos que deram origem à lentidão, destacam-se: melhor qualidade das pastagens; maior densidade do rebanho; resistência das populações indígenas; proximidade com a floresta amazônica no Maranhão e com a mata tropical dos vales úmidos do leste; frequência de ataque dos animais ferozes ao rebanho.

Fonte: Feitosa e Trovão (2006, p. 43), com adaptações.

Nesse mesmo ano, os paraenses fundam, mais a jusante do rio Tocantins, Santa Teresa de Imperatriz (pelo frei carmelita Manoel Procópio do Coração de Maria em 16 de julho de 1852). Com a definição dos limites entre Maranhão e o Pará, passou Imperatriz para a jurisdição do Maranhão.

Dentre os motivos que deram origem à ocupação, destacam-se: melhor qualidade das pastagens; maior densidade do rebanho; resistências das populações indígenas; proximidade

com a floresta amazônica no Maranhão e com a mata tropical dos vales úmidos do leste; frequência de ataques de animais ferozes ao rebanho.

Tomando como ponto inicial de ocupação dos sertões maranhenses o ano de 1730 (MENDES apud CABRAL, 1992) e com o fim do avanço em 1868 (VELHO, 1981), a ocupação *Frente Pastoril* durou 138 anos.

O Quadro 4 destaca as particularidades da corrente de povoamento do sertão, que geraram alguns entraves para a ocupação de áreas maranhenses desabitadas.

Quadro 4–Corrente de povoamento do sertão: particularidades

Ter se tornado inseparável dos campos naturais, mantendo-se, no entanto, sempre próximo aos rios;
A inexistência de grandes investimentos, resultado do seu isolamento;
Ter na mata um obstáculo praticamente intransponível para o seu avanço;
Ter sido predominante a etnia cabocla, que contava com cerca de “4 ou 5 mil almas livres” que empregavam menos de mil escravos.

Fonte: RIBEIRO (2002, p.108).

Ficou, entretanto, um grande vazio demográfico no Maranhão: áreas desabitadas que correspondem à planície fluvial, onde estão os médios vales dos rios de bacias genuinamente maranhenses.

2.5.3 Corrente dos Migrantes da Seca

Esta corrente de ocupação só se acentuou a partir do primeiro decênio do século XX e, mais precisamente no ano de 1910, 42 anos após o fim do avanço do gado que motivou a “Corrente Criadores de Gado (Frente Pastoril)”.

Embora existissem já algumas famílias isoladas nos vales úmidos – pela inexistência de comunicação na época, a não ser pela navegação fluvial –, não contribuíram para a redução dos vazios, persistindo uma mata tropical exuberante, cuja vida campestre só era interrompida pela monotonia das eventuais tropas de burro que por ali passavam.

Alguns fatos contribuíram para que essa área viesse a ser ocupada definitivamente. Dentre eles, três se destacam pela sua considerada importância. “A seca no nordeste semiárido; a dificuldade de absorção da mão de obra excedente no nordeste; ea decadência da exploração da borracha na Amazônia” (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 44).

Os migrantes da seca alcançaram o território maranhense por três frentes: atravessando o rio Parnaíba, via Teresina e Caxias; por Floriano, alcançando Barão de Grajaú, ou então pelo mar, por Araiões e Tutóia.

Ao chegar ao Maranhão, encontrando terras disponíveis regadas com chuvas regulares, derrubaram a mata, dedicando-se à lavoura de subsistência e, particularmente, ao cultivo do arroz, que tinha também fins comerciais.

Deslocando-se no sentido Leste-Oeste, os referidos migrantes da seca conquistaram gradativamente o espaço rural ainda desocupado, ao mesmo tempo em que iam colaborando para a revitalização das cidades mais antigas como Caxias, São Luís Gonzaga (antiga Ipixuna), Pedreiras, Bacabal, além de outras que, com o declínio da agricultura algodoeira, estavam em estado decadente. Os portos dessas cidades foram utilizados inicialmente para o escoamento da produção agrícola dessa nova frente de ocupação.

Um fato decisivo para a conquista dos vales úmidos foi, segundo Velho (1981, p.96), “após 1930, a descoberta do ouro e a pacificação dos índios Urubus, que também contribuíram para o processo de ocupação da área”.

Após atravessarem o rio Parnaíba entre Timon e Caxias, em 1910, os migrantes se localizaram no vale do referido rio, na vertente maranhense; em 1920, a oeste do município de Codó; em 1940 espalharam-se pelo espaço rural de Pedreiras e, em 1950, alcançaram Bacabal; em 1957, o contingente de migrantes, em busca das áreas auríferas do Turiaçu, ocupou o arraial de Santa Inês, atual cidade homônima (VELHO, 1981, p.97).

Em função do avanço dessa frente de ocupação, formou-se, em 1959, Bom Jardim, atingindo logo após Chapéu de Couro (atual Governador Newton Bello), em 1960, e um ano depois o posto do Alto Turi, seguindo daí para o Vale do Gurupi.

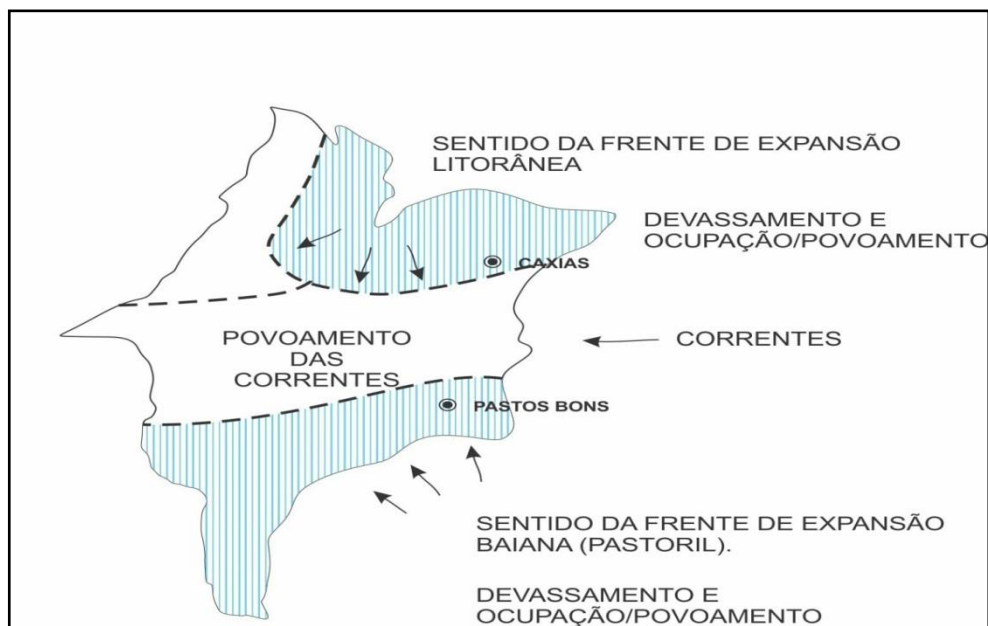
A frente que chegou a Floriano (PI) e Barão de Grajaú (MA), dirigindo-se em direção oeste, alcançou Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Carolina e praticamente todos os municípios cujos espaços territoriais já tinham se consolidado pela participação dos criadores de gado. A parte dessa corrente que se dirigiu para Barra do Corda, Carolina e Imperatriz absorveu os hábitos dos criadores de gado e dedicou-se à pecuária, enquanto os que se dirigiam para os vales superiores do Mearim e Grajaú, pela experiência das matas, dedicou-se à agricultura.

Na primeira década do século XIX, Carvalho (2000, p. 382) atribui “a ocupação deste território ao governo pernambucano, e numa segunda etapa, no transcorrer do século XIX, ao estímulo do governo do Maranhão”. Deduz-se desse entendimento, que esta penetração leste-oeste, com a hegemonia de Pernambuco, se constituía na segunda Frente de Expansão, tendo

contido no seu interior a presença dos baianos, os fundadores da Vila de Pastos Bons, em 1674.

O Mapa 9 apresenta com mais clareza as correntes de expansão leste-oeste com destaque para a corrente baiana e litorânea apresentando, também, a penetração da expansão pernambucana.

Mapa 9 – Duas Frentes: Litorânea e Baiana



Fonte: Bezerra (1994, p. 28), com adaptações.

Parece-nos, deste modo, que Carvalho (2000) valorizou a corrente migratória do interior do Nordeste, tendo como corredor principal o município de Caxias e de Pastos Bons como a Frente de Expansão que ocupou o sul do Maranhão.

O terceiro contingente, o que veio por via marítima, ocupou parte do litoral oriental, entre Araióses e Barreirinhas, não avançando, a partir daí, pela dificuldade natural de ocupação dos Lençóis Maranhenses, embora algumas famílias tenham se distribuído de maneira bastante esparsa.

Esta terceira frente dedicou-se à pesca. O avanço gradativo se processou principalmente em função da agricultura itinerante, na conquista de novos espaços para cultivos. Mais tarde, devido ao cultivo do arroz, a terra se supervalorizou; a concentração da produção se organizou nos centros, o arroz atraiu o caminhão que, utilizando os caminhos abertos pelos migrantes, motivou a abertura de estradas.

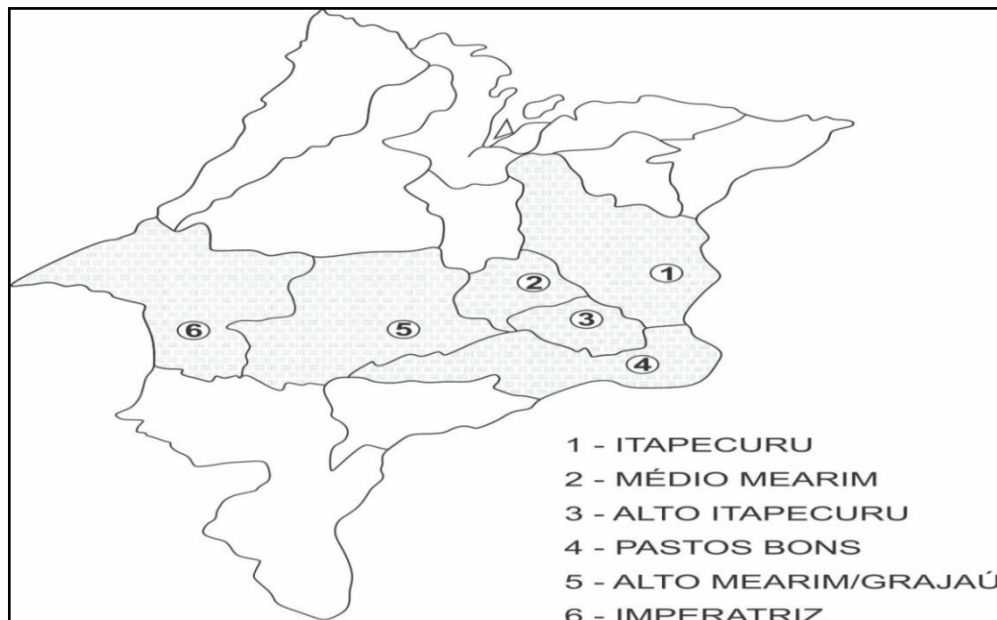
Disso resultaram fatos como a especulação fundiária e o aparecimento dos grileiros com jagunços e capangas para efetivarem a expropriação da terra. Começou, então, a expulsão do pequeno produtor que, a partir daí, avançou mais rapidamente a expropriação fundiária. De todo esse processo, dois fatos são marcantes:

O Maranhão, graças ao imigrante nordestino, adquiriu características de um estado agrícola, amplamente rural; No espaço rural dos antigos municípios, surgiram povoados que, mais tarde, transformaram-se em sede de novos municípios, como Lago Verde, Lago do Junco, Olho d'Água das Cunhãs, Pio XII e Dom Pedro, dentre outros (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p.45).

O Estado do Maranhão teve a sua ocupação consolidada (pelas antigas correntes), deixando de existir o “grande vazio demográfico” entre o sul e o norte, porém, os processos de emancipações distritais prosseguem as divisões territoriais por interesses mais políticos do que pela necessidade de planejamento e gestão para a melhoria da vida da população maranhense.

O Mapa 10 busca mostrar as microrregiões que foram atingidas diretamente pelo povoamento das correntes de ocupação do espaço geográfico maranhense.

Mapa 10 – Microrregiões atingidas pelo povoamento das correntes



Fonte: Bezerra (1994, p. 28), com adaptações.

Criados os povoados, os distritos e as vilas em decorrência das correntes migratórias oriundas da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, norte do Maranhão etc., até do

Tocantins, pelo porto de Imperatriz, transitava para todo o sertão a exportação víveres, carne de boi e de porco, toucinho, farinha seca e de puba, açúcar, rapadura, cachaça, tabaco, doces, queijos, galinhas, ovos, bois vivos e vacas paridas, até laranjas, abóboras e inhames para abastecer o norte de Goiás e, também, o sul do Pará.

Não se pode deixar de mencionar a “Marcha para o Oeste”, incluída no programa governamental do Estado Novo varguista, em 1940, que mobilizou cerca de 50 mil migrantes do Norte de Minas, da Bahia e dos Estados do Nordeste (SOUSA, 1980, p. 54).

As secas de 1951-1953 fomentam mais uma vez a travessia do Alto Sertão, ao longo da estrada Belém-Brasília.

No Tocantins maranhense e Norte de Goiás, cujo centro de convergência é a cidade de Imperatriz, para esta região se dirigem pelo menos duas correntes migratórias”. Uma *corrente penetra pela mata amazônica* às margens da nova Rodovia Federal (BR-010) e a outra formada predominantemente pela burguesia rural *proveniente do sul da Bahia, Espírito Santo e Nordeste de Minas Gerais* (SOUSA, 1980, p. 12, grifo nosso).

A rodovia Belém-Brasília (BR- 010) é parte do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, contribuindo para o crescimento demográfico do município de Imperatriz-MA e favorecendo a chegada de imigrantes de várias regiões do país.

2.6 Emancipações geopolíticas no Estado do Maranhão

As primeiras áreas ocupadas pelos portugueses e outros povos europeus que vieram para o Maranhão foram aquelas que tiveram o acesso facilitado pelo único meio de comunicação da época: a navegação fluviomarinha e, em menor escala, por rios.

Isso explica a parte mais fragmentada no mapa político de 1912, onde se observa o Litoral Ocidental, até Cururupu, e a Baixada Maranhense, bastante dividido, enquanto que, no restante do Estado, os municípios apresentam maior extensão territorial, até mesmo o vale do Itapecuru. Exceto o litoral ocidental e a baixada, observa-se menor distribuição política no baixo Parnaíba. Em 1912, o Maranhão possuía o que se pode considerar, levando-se em conta as condições de vila de determinadas freguesias, 54 municípios, entre eles, o de Imperatriz, como mostra o Mapa 11.

Mapa 11– Mapa com os 54 municípios maranhenses, em 1912.



Fonte: FEITOSA; TROVÃO (2006, p. 53).

Pelo Mapa 11, percebe-se que há uma concentração maior de emancipações e crescimento demográfico na região do Litoral, no Vale do Pindaré e na direção Leste.

Em determinados Municípios, como, por exemplo, os localizados no vale do Itapecuru (Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Matões, Vargem Grande), a cultura do arroz e do algodão eram as atividades econômicas mais predominantes; enquanto no litoral e na baixada as atividades predominantes eram a agricultura da mandioca e da cana-de-açúcar, comercializadas através dos portos fluviais e marítimos; no vale do Itapecuru, era o algodão, cuja comercialização exigia maiores espaços, além da necessidade de concentração de terras em mãos do poder aristocrático rural da época.

Em 1959, o número de municípios tinha aumentado 62,5%, somando 88, como se pode ver no Mapa 12.

Mapa 12 – Mapa com os 88 municípios maranhenses, em 1959.



Fonte: FEITOSA; TROVÃO (2006, p. 53).

Neste intervalo de 47 anos (1912-1959), muitos dos municípios maranhenses desmembrados, devido à rigidez do cumprimento legal que regulamentava a criação de novos municípios, terminaram voltando à condição de distritos, já que, dentre outras exigências, não atendiam às condições de renda exigidas.

Comparando o mapa político de 1912 com o de 1959, verifica-se que a baixada e o litoral apresentam a mesma divisão política; a diferença é o surgimento de novos municípios, que se processou nos médios dos vales dos rios Itapecuru e Mearim, principalmente este último. Embora o algodão ainda representasse um produto agrícola importante, comercializado nas próprias fábricas de tecidos de Caias, Codó e São Luís, o arroz começava a se destacar e, uma vez que as terras produtivas do vale do Itapecuru estavam ligadas à produção do algodão, é o vale do Mearim, graças ao seu solo úmido, que se verifica o surgimento de novos municípios como, por exemplo, Esperantinópolis, Dom Pedro, São

Domingos do Maranhão, Lago Verde, além de outros, que se desmembraram principalmente de Bacabal, Pedreiras, São Luiz Gonzaga do Maranhão, municípios mais antigos.

Trinta e quatro anos depois (1993), o número de municípios tinha sido aumentado para 136, crescendo 2,2% em relação a 1959. Desses 2,2%, 64,7% correspondem aos municípios desmembrados nos vales do Mearim, Grajaú e Pindaré, como mostra o Mapa 13.

Mapa 13– Mapa dos 136 municípios maranhenses, em 1993.



Fonte: FEITOSA; TROVÃO (2006,p. 53).

Entre 1994 e 1996, foram criados 81 municípios, totalizando os 217 existentes atualmente. Em um curto período de tempo, o número de municípios cresceu 62%. A CF/88 redefiniu as competências dos municípios brasileiros ampliando a descentralização política e fiscal, com isso, foram criados milhares de novos municípios no Brasil.

No Maranhão as novas emancipações foram legitimadas pelo governo do Estado e Assembleia Legislativa de cultura política oligárquica que por interesses desse grupo político

hegemônico fragmentou os municípios do estado resultando na criação de 81 novas unidades administrativas municipais. Fragmentar os municípios que representavam foco de resistência à hegemonia oligárquica foi uma estratégia bem sucedida e o município de Imperatriz foi o principal foco das forças políticas estrategicamente interessadas na sua fragmentação territorial objetivando seu enfraquecimento político.

Dessa vez, os desmembramentos alcançam todo o Estado, acentuando-se principalmente nos vales do Pindaré, Tocantins, Gurupi e adjacências, além do centro-sul do Estado, como mostra o Mapa 14.

Mapa 14 – Mapa dos 217 municípios maranhenses a partir de 1996.



Fonte: FEITOSA; TROVÃO (2006, p. 53).

Observa-se no Mapa 14, que o poder político do norte e do leste maranhense exerce uma força maior, pois a criação de novos municípios está mais concentrada nas Mesorregiões do Norte e Leste Maranhense.

Decerto, que os processos de criação de novos municípios no Estado do Maranhão buscaram atender interesses de grupos políticos ligados às povoações a serem emancipados.

De acordo com a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (2011), atualmente, são 106 os povoados que desejam emancipar-se.

Numa revista sobre um diagnóstico socioeconômico de Imperatriz, da Fundação Vale (2006, p. 2), diz que: “Às margens do Rio Tocantins, Imperatriz fica no encontro das Rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e MA-122, que segue rumo à região central do Maranhão. O município está a 618 quilômetros de São Luís e é o segundo mais populoso e em economia do Estado. Por Imperatriz passa a Ferrovia Norte Sul”.

3.2 Contexto histórico da cidade de Imperatriz

O governo do Pará deu, então, início à implantação de missões religiosas e militares de povoamento das margens do alto Tocantins. Os religiosos aldeando e catequizando os índios e incentivando a presença de colonos, e os militares garantindo a segurança. Imperatriz nasceu, então, sob o signo do desenvolvimento induzido. O Conselho Indigenista Missionário do Maranhão (CIMI, 1988, p. 43) registra em documento que “o objetivo do governo paraense com a missão do Alto Tocantins para a criação destas Colônias e Diretorias era abrir os aldeamentos das missões para usar a mão de obra indígena como escrava nos trabalhos de coleta e comercialização”

A província do Pará tinha um interesse especial pelo melhoramento da navegação do Tocantins, o que lhe favorecia no comércio com Goiás, na exploração das desconhecidas riquezas de suas margens e na posse definitiva da região, através da instalação de missões religiosas e militares para aldeamento e pacificação dos índios, dando com isso segurança aos navegantes e os empreendimentos governamentais. O melhoramento da navegação do Tocantins vinha recebendo largo apoio do governo imperial, que em 1844 chegou a nomear um engenheiro para ‘fazer a exploração das cachoeiras e indicar os meios de melhorar nelas a navegação’. Chegando à vila de Baião, porém, o engenheiro adoece e pede exoneração dessa comissão (FRANKLIN, 2005, p. 33).

O governo maranhense não tinha interesse em colonizar e muito menos explorar a região sul maranhense. Devido a esse fato não tinham conhecimento das nascentes dos principais rios que desembocavam no litoral, nem a latitude do rio Tocantins, que separava Maranhão e Goiás (FRANKLIN, 2005, p. 11).

A região Tocantina ficou, por isso mesmo, entregue à cupidez dos governos do Pará e de Goiás, que trataram de explorá-la, do lado deles e do nosso, plantando civilizações, empresas de navegação, e até mandando religiosos, como pioneiros, demarcarem áreas do lado maranhense, para elevação de vilas, de onde pudessem mais facilmente manobrar (COUTINHO, 1994, p. 34).

A ocupação territorial da cidade de Imperatriz ocorreu a partir de 1850 com a expedição comandada por Jerônimo Francisco Coelho, que tinha por objetivo inicial a construção de um presídio militar às margens do rio Tocantins e a remoção de obstáculos que impediam a navegação pelo referido curso d'água. Nesse período, inicia-se o processo de ocupação do território às margens do rio Tocantins que, em 1852, seria denominada de Colônia Militar de Santa Teresa do Tocantins (SANCHES, 1998, p. 33).

O religioso carmelita Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, tendo partido desta capital (Belém) com a comitiva em 26 de junho de 1849, que foi fundar a colônia militar de Santa Teresa no Vale do Alto Tocantins, seguiu, depois da extinção desta, para o presídio de São João do Araguaia, destinando-se a catequisar os índios que vivem nas margens do Tocantins e do Araguaia (D'AGUIAR, 1851, p. 3).

Afirma-se que o religioso carmelita frei Manoel Procópio partiu da capital Belém (PA), para fundar junto com a comitiva do governo paraense a Colônia Militar de Santa Teresa do Tocantins, fundando, em 16 de Julho de 1852, o povoado que daria origem à cidade de Imperatriz.

A Figura 2 é uma pintura alusiva à fundação de Imperatriz.

Figura 2 – Pintura em tela da fundação de Imperatriz



Fonte: FRANCISCO GONÇALVES (1994).

Assim, no dia 16 de julho de 1852, quando o rio Tocantins se mostrava com todo seu esplendor, as praias e as margens se apresentavam exuberantes, frei Manoel Procópio aportou ao lado da confluência com o riacho Cacao, local que imaginou livre das águas durante o período invernos. Com ele seguiam os colonos Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva e suas famílias, além de quatro soldados, todos estes recrutados na Colônia de São João do Araguaia, da qual o religioso era capelão. A chegada do inverno, que nas grandes cheias, represa o riacho Cacao e inunda todo o campo escolhido por frei Manoel Procópio, demonstrou que a escolha não tinha sido adequada. A nascente povoação foi então mudada para outro local, pouco baixo, nas ribanceiras que compreendem hoje a Praça da Meteorologia e suas imediações. Ali, o missionário logo construiu uma capela em honra a Santa Teresa d'Ávila, santa espanhola de quem carregava uma imagem e a quem deu o patronato da missão. Assim se fundou e estabeleceu a povoação de Santa Teresa, denominada também de Santa Teresa do Tocantins e Colônia de Santa Teresa (FRANKLIN, 2005, p. 44).

Ainda no livro “O Sertão”, diz-se que

A Vila de Santa Teresa possuía nessa época uma única rua, de oitenta e quatro casas, parte coberta de telhas, edificadas ao longo do rio Tocantins, que terminava num largo ou praça esboçada com poucas casas, um quadrilátero onde havia a igreja Matriz e atualmente (década de 1920) tem duas ruas paralelas (CARVALHO, 1924, p. 166).

O pequeno núcleo de povoamento de Santa Teresa começa a evoluir e a ter vida própria recebendo famílias de colonos vindos das frentes de povoamento. Segundo Barros (1886, p. 28) “muitas famílias vindas do sertão aqui se fixavam e davam início à lavoura de subsistência e engenhos para a industrialização da cana”. Ao ter conhecimento, em 1885, do êxito da nova povoação em seu território, o governo do Maranhão celebra (atrasado) a intencionalidade vivida em 1854, quando a Assembleia Legislativa (AL) aprovou a acomodação de “um presídio que sirva de ponto de escala às embarcações que navegarem da Carolina para o Araguaia, no ‘lugar mais próprio abaixo da cachoeira de Santo Antônio’ (FRANKLIN, 2005, p. 55).

Da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, a Vila de Imperatriz era apenas um modesto núcleo habitacional e que enfrentava dificuldades diversas como: o isolamento em relação a outras regiões do Estado pela ausência de estradas; sua comunicação, comércio, negócios etc., e outras atividades davam-se pelo rio Tocantins. A partir da década de 1920 alguns cenários se modificam (gradualmente) devido a sua emancipação e à construção das primeiras estradas carroçáveis.

A Foto retrata, no início da década de 1920, a antiga rua Grande (depois Rua XV de Novembro e atual rua Frei Manoel Procópio), pouco antes da Vila de Santa Teresa passar à

categoria de Município. “A ilustração abaixo foi publicada no ‘AnnaliFrancsecani’, edição de 16 de janeiro de 1924 – Milão, Itália” (FRANKLIN, 2005, p.73).

Foto 1 – Aspecto da Rua Grande, principal rua de Imperatriz, nos anos de 1920



Fonte: FRANKLIN (2005, p. 73).

Em 22 de abril de 1924, a Vila Nova de Imperatriz é elevada à categoria de cidade por meio da Lei n. 1.1.79, de 22 de abril de 1924.

Art 1º - Ficam elevadas à categoria de cidade as atuais Vilas de Carutapera, Imperatriz, São Francisco e Icatu, e à de Vila, a atual povoação de São Miguel, fronteira à cidade de União e marginal ao rio Paraíba, pertencente ao município de Caxias (COUTINHO, 1994, p. 98)”.

A Figura 3 é um mapa da cidade de Imperatriz, em 1938, quatorze anos (14) após a sua emancipação, em 1924, e mostra os aspectos da composição do núcleo urbano fundado às margens do rio Tocantins, destacando-se a construção do matadouro municipal e o campo de aviação considerado neste período uma obra pública importante por que contribuiu com a integração de Imperatriz com outras regiões, pois, não existia o transportes rodoviário pela ausência de estradas.

Lei Estadual nº 2.167 de 15 de dezembro de 1961, ano de inauguração da rodovia Belém-Brasília (SEPLAN, 1972, p. 39, grifo nosso).

Na década de cinquenta, inicia-se o processo de construção da Rodovia Belém Brasília. Imperatriz se tornou um ponto de atração, pessoas de todas as partes do Brasil migram para Imperatriz à procura de uma oportunidade de trabalho e emprego. Com a derrubada das matas, as indústrias madeireiras começam a se instalar movidas por esse processo expansionista de Imperatriz. Na década de 1970 (motivado pela abertura da Belém-Brasília), o município de Imperatriz continua crescendo em demografia, economia, porém, de forma desordenada, passando, assim, a conviver com graves problemas sociais refletidos nos dias atuais.

A Foto 2 é um registro histórico do missionário Albé Ambroggio, que mostra, na década de 1960, o centro histórico da cidade de Imperatriz em pleno desenvolvimento, área, atualmente, chamada de cidade velha. Retratam-se, também, algumas edificações importantes que resistem ao tempo.

Foto 2– Centro histórico de Imperatriz, nos anos 1960

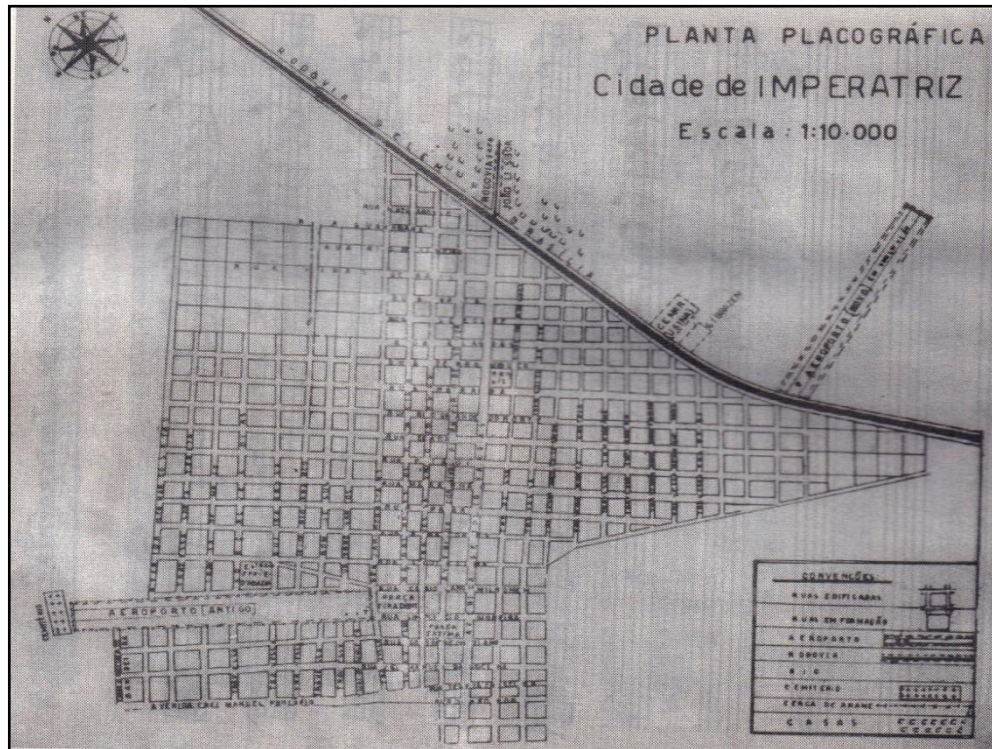


Fonte: FUNDAÇÃO ALBÉ AMBRÓGGIO (1970).

A Figura 4 é um mapa urbano (“planta placográfica”) da cidade de Imperatriz, no qual se vê a distribuição dos quarteirões (ou quadras), nenhum deles após a BR-010, exceto as indicações da estrada estadual para o município de João Lisboa, o aeroporto e as instalações das Centrais Elétrica do Maranhão (CEMAR) e do armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM). Essa planta, de 1972, apresenta, também, dois

marcos históricos da cidade de Imperatriz, o rio Tocantins (marco da origem) e a BR-010 (marco da sua expansão urbana).

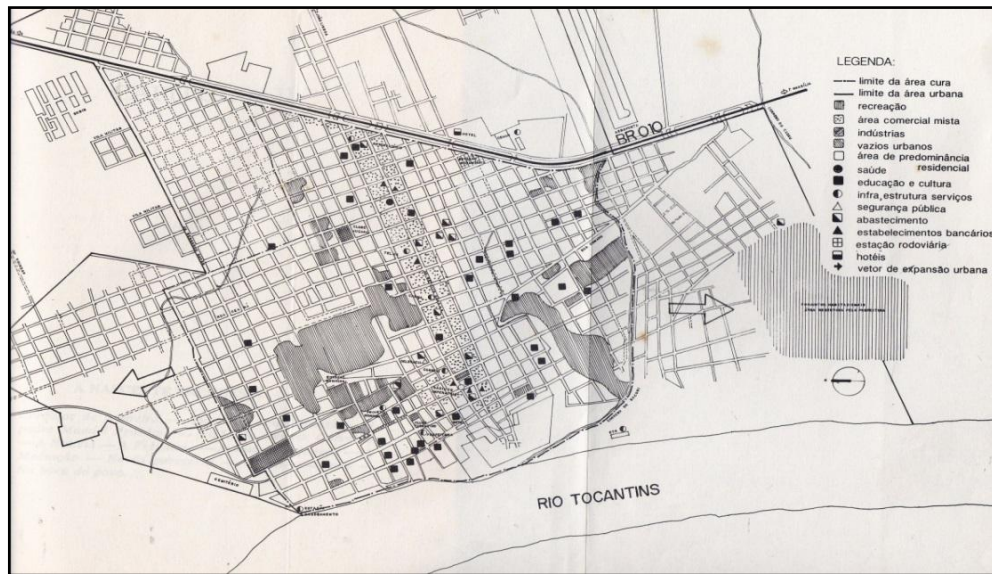
Figura 4 – Planta da cidade de Imperatriz, em 1972.



Fonte: BARROS (1996, p. 399).

A Figura 5 é uma planta da cidade de Imperatriz, no início da década de 1980, na qual se visualiza a expansão do núcleo urbano da cidade para além da BR-010 (ao contrário da planta de 1972). Destaca-se, também, a organização do setor comercial e de serviços como a estação rodoviária, indústrias, hotéis, autopeças às margens da BR-010, e a área militar do exército (lado esquerdo da planta).

Figura 5 – Planta da Cidade de Imperatriz, no início dos anos 1980



Fonte: COUTINHO (1994, p. 29).

Na década de setenta, Imperatriz teve sua população elevada consideravelmente. Tornando-se o município mais populoso do Estado, depois da Capital. Sua privilegiada posição geográfica, equidistante das principais capitais e cidades do norte e meio-norte, dotada de boas estradas, navegação fluvial e aérea, a transformou num polo de abastecimento comercial de todo o sul maranhense, Sul do Pará e Norte do então estado de Goiás (FRANKLIN, 2002, p. 26).

Imperatriz se torna, nos anos de 1980, por força da sua excelente localização geográfica, destaque no cenário econômico estadual e nacional com um forte setor comercial e de prestação de serviços influenciando principalmente municípios da Região Tocantina, dos estados do Pará e Tocantins. Mesmo diante de todo este cenário econômico favorável, percebe-se que as políticas públicas não acompanharam coerentemente essa evolução econômica.

Essa retrospectiva histórica possibilita-nos ter uma visão do quanto Imperatriz modificou-se ao longo dos anos deixando de ser, um povoado, uma vila e uma cidade pacata para tornar-se num grande centro e mercado maranhense. Ela não é mais a mesma, pois tem um fluxo de “crescimento” progressivo.

O surgimento de um grande polo moveleiro na cidade – é o que demonstra um levantamento realizado junto ao Sindimir (Sindicato das Indústrias de Madeiras e Móveis de Imperatriz e Região). São três as razões básicas dessa constatação: a localização privilegiada de Imperatriz, a proximidade das grandes reservas florestais e a disponibilidade dos portos de Belém, e São Luís, além do mercado do Caribe.

Além disso, a indústria madeireira é uma das que mais geram emprego por capital aplicado (ALVES apud AIL, 2002, p. 234).

Imperatriz se tornou um ponto de atração e pessoas de todas as partes do Brasil imigraram para Imperatriz à procura de uma oportunidade de emprego. Essa atração aumentou a população local tornando-a, após a capital, a segunda cidade do Estado, o Portal da Amazônia.

[...] Em Imperatriz viu-se um dos maiores polos atacadista estadual e nacional e, nesse ínterim, adveio o fenômeno do garimpo de Serra Pelada, que ampliou o volume comercial em toda a região, favorecendo principalmente Imperatriz e Marabá. Imperatriz por seu pujante comércio e porte abastecedor, e Marabá, por situar-se na “boca” do garimpo (FRANKLIN, 2002, p. 24).

Sabe-se que Imperatriz, com o crescimento econômico, tornou-se um polo que presta serviços para todas as regiões vizinhas, inclusive o estado do Pará e Tocantins. Percebe-se, então, o quanto a cidade de Imperatriz transformou-se no centro comercial do sul do Estado com um fluxo de crescimento considerável.

Diante dessa realidade econômica, verifica-se que mesmo o município de Imperatriz perdendo território, a partir da década de 1950, seguida de 1960, 1980 e 1990, se agiganta economicamente, tornando-se e mantendo-se polo de influência econômica regional. É notório que mesmo os distritos emancipados (hoje municípios autônomos) não se tornaram “ameaça” para a liderança econômica regional protagonizada pelo município de Imperatriz.

A Foto 3 mostra a cidade de Imperatriz na atualidade, destacando-se o rio Tocantins (berço da sua origem), o crescimento predial imobiliário vertical, a área militar do exército (abaixo), que preserva a única área verde de mata amazônica, o aeroporto (espaço vazio acima e ao lado esquerdo) e a rodovia Belém-Brasília que corta a cidade de sul a norte.

Foto 3–Atual vista aérea da Cidade de Imperatriz



Fonte: Acervo do Autor (2014).

3.3 Imperatriz: aspectos econômicos

Em seu livro "Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz," diz Franklin:

Nas três últimas décadas do século XIX, a povoação de Santa Teresa consolida-se como sede da vila, passando a ser denominada apenas Imperatriz ou Vila da Imperatriz. Firma-se como território divisor entre Maranhão, Pará e Goiás, polo de criação de gado e porto fluvial estratégico para os navegantes do Tocantins. Imperatriz possuía, ainda, 'um batalhão da Guarda Nacional, formado por seis companhias, e agência dos Correios, instalada em 1965', e a economia tinha como suporte a exportação de couros secos de gado e a exploração de óleo de copaíba, comercializados com o Goiás e o Pará. Além da criação de gado, os imperatrizenses do final do século XIX dedicavam-se também a atividades agrícolas, artesanais e industriais. Cultivaram arroz, milho, mandioca, algodão, cana-de-açúcar, tabaco e produtos destinados ao consumo familiar. Produziam peças artesanais com o couro do boi. Fabricavam farinha, açúcar, rapadura, cachaça, fumo e diversos outros derivados da produção agrícola. Apesar desse descaso, a acanhada vila fortalecia-se economicamente. No final do século, registrava um rebanho de quarenta mil cabeças de gado, que era vendido em pé para várias localidades vizinhas e outras mais distantes, como o baixo Mearim e o Engenho Central (atual Pindaré-Mirim), no Maranhão, e Belém, no Pará (FRANKLIN, 2005, p. 67).

Os irmãos Pimentel, de origem grajauense, na virada do século XIX, acharam cacho nas florestas do sul paraense, no município de Marabá. Isso acrescentou no dinamismo do porto de Imperatriz e ao comércio da vila, que se tornou o núcleo abastecedor dos extrativistas da *castilloaulei*, árvore de alto porte que produz o látex para a fabricação da borracha de

elevado valor no comércio internacional, embora menos consistente que a seringueira amazônica. Durante, aproximadamente, vinte anos, a exploração do caucho foi o empreendimento da região, enfraquecido somente na década de 1920, mediante a concorrência dos seringais asiáticos, o que faz esse artigo perder importância no negócio internacional (FRANKLIN, 2005, p. 67).

Mesmo assim, a sede da Vila da Imperatriz continuava acanhada, sem a estrutura urbana e serviços públicos que correspondessem ao seu dinamismo e crescimento econômico. Embora tenha se tornado na última década do século XIX a segundo maior fonte de arrecadação do Estado, os governantes não a retribuíram com obras. Assim, Imperatriz chegou ao alvorecer do século XX. Embora com sinais de prosperidade e pujança, distante e sem ligação por estradas com a capital, esquecida pelo poder público do Estado. Por causa desse isolamento, que perdurou ainda por muito tempo, era cognominada de ‘Sibéria maranhense’, para onde os governantes enviavam muitos servidores indesejados (FRANKLIN, 2005, p. 69).

Com a vinda dos migrantes do Nordeste, no início de década de 1950, há no município de Imperatriz um acréscimo do cultivo da agricultura, motivado pelo solo fértil. Os migrantes tomam posse dos territórios devolutos no interior, onde cultivaram arroz, para comercialização, dando origem a uma nova fase econômica no município de Imperatriz, conhecida como “ciclo do arroz”.

Na década de 1970, Imperatriz foi um dos maiores produtores de arroz do Maranhão. E o Estado passou a ser, nesse momento, o segundo maior produtor de arroz do Brasil.

No começo dos anos 70, por causa da imensa riqueza de florestas nobres ao seu redor, Imperatriz viu florescer o ciclo da extração de madeira. Além da exportação de madeira em tora, os imperatrizenses presenciaram a instalação de dezenas indústrias madeireiras, e essa se tornou a principal atividade econômica da região. A abundante riqueza florestal de Imperatriz se estendia até a divisa com o Pará, atraindo cada vez mais investimentos e investidores. Estima-se que, por volta de 1977, o município de Imperatriz sediava mais de trezentas indústrias madeireiras. Na década de 70, Imperatriz tornou-se o município mais populoso do Estado, depois da capital. (...) Nos primeiros meses de 1980, aconteceu a descoberta de ouro na ‘Serra Pelada’, no sul do Pará. Inicialmente em toda esta região, depois em todo o país, aconteceu uma corrida ao ouro paraense. Uma das principais portas de entrada para o garimpo era Imperatriz, que também o abastecia com alimentos, remédios, máquinas e homens. Esse garimpo movimentou a economia regional e enriqueceu vários imperatrizenses, as também faliu muitos que nele investiram, sem êxito, na perspectiva de grandes achados (FRANKLIN, 2005, p.92).

A rixa pelo solo com fazendeiros, no entanto, afastou os lavradores dos campos cultivados, que eram expulsos, em grande número, por força de documentos falseados entregues por pretensos donos, apelidados de “grilos” ou “grileiros”. “Então, os campos de arroz deram lugar ao pasto e aos cascos dos bois” (FRANKLIN, 2005, p. 90). Para Victor Asselin (1982, p. 31), “Incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da

sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960”.

Imperatriz teve uma oportunidade de implantar um polo industrial, na década de 1980. Contudo, não instituiu uma ajustada política de atendimento às indústrias que aqui almejavam se instalar; nem realizou o projeto de acomodação de um polo industrial para o qual tinha recursos peculiares do comando do Estado. Além disso, não deu apoio público aos investidores. Apesar de ter várias indústrias, transpassou um momento forte para a industrialização. Mesmo mantendo-se como mercado abastecedor de toda região, por aproximadamente vinte anos, o município se lançou nas diversas atividades econômicas.

A partir do fim do segundo milênio, entretanto, Imperatriz amplia-se na oferta de mercado e qualificação do setor de serviços. Com uma diversificada oferta de profissionais especializados, especialmente na área da educação, da saúde, do direito, da administração, e de muitas outras atividades, Imperatriz, vem se fortalecendo, como polo regional e estadual na prestação de serviços.

3.4 A abertura da Belém Brasília: impactos econômicos e sociais

A abertura da Belém-Brasília teve forte influência nas emancipações distritais no município de Imperatriz, pois os nove “ex-povoados”, hoje municípios emancipados, têm ligação direta (ficam às margens da BR-010, como Açailândia e Governador Edison Lobão) e indireta (são ligadas por ramais de rodovias estaduais como Cidelândia, Davinópolis, João Lisboa, Montes Altos, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios).

O salto populacional, econômico e de “crescimento” dos distritos do município de Imperatriz é bastante acentuado a partir da decisão do presidente Juscelino Kubitschek em pôr fim ao isolamento do Norte do Brasil, construindo a rodovia Belém-Brasília com traçado passando por Imperatriz. Isso, certamente, foi um dos fatos econômicos e sociais mais importantes da história imperatrizense. Foi a refundação do município de Imperatriz.

Sediando um dos mais importantes acampamentos de obras dessa construção, Imperatriz tornou-se o lugar para onde acorreram milhares de famílias em busca de emprego, oportunidades de trabalho e melhor situação de vida.

Segundo Carvalho (1995, p. 12): “A rodovia Belém-Brasília surge em Imperatriz como uma empresa necessária e urgente a partir de 1958 para estabelecer a relação indispensável entre o Planalto Central de Goiás (Brasília, nova capital) e o portal da Pré-Amazônia

(Imperatriz). É também concebida estrategicamente como ponto de apoio ao povoamento espontâneo de correntes de ocupação, de pressões demográficas e frentes de imigrantes”.

A Foto 4 mostra a rodovia Belém-Brasília cruzando o trecho urbano da cidade de Imperatriz. Certamente, os acontecimentos que mais contribuíram para o crescimento e desenvolvimento no município de Imperatriz foi a sua emancipação, em 1924, quando se torna município, e a construção da rodovia Belém-Brasília, acentuando a transformação do território econômico da cidade, o fluxo migratório e trazendo de forma decisiva a urbanização.

Foto 4– Rodovia Belém-Brasília, no trecho que cruza Imperatriz.



Fonte: Acervo do Autor (2016).

“A abertura da Belém-Brasília ou BR-010, na década de 1950, foi o primeiro e decisivo passo concreto para a integração da Amazônia na comunidade brasileira” (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 343). A Rodovia Belém-Brasília ou Rodovia Bernardo Sayão² tem uma extensão de 1.959 Km ligando a capital federal, Brasília-DF, a diversas regiões do Brasil. Fazia parte do projeto desenvolvimentista – Plano de Metas: 50 anos em 5 – do governo de Juscelino Kubitschek, sendo a ligação do norte com o sul do país. Foi uma obra financiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB). A BR-010 contribuiu decisivamente para crescimento da indústria automobilista e de autopeças no Brasil (BRASIL, 1996).

²Em janeiro de 1959, falece Bernardo Sayão, em consequência de uma queda de galho de árvore que caiu em direção à barraca na qual se encontrava, ocasionando fraturas na perna, braço e, principalmente, na cabeça. No dia 16 de janeiro de 1959, às três horas da tarde, o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) levou o corpo de Bernardo Sayão para Belém, a fim de que fosse embalsamado e depois seguiu para Brasília para ser sepultado e receber homenagens.

A rodovia Belém-Brasília, construída de 1958 a 1960, foi resultado do plano de ligação da nova capital a todas as regiões brasileira. Ela foi, assim, o primeiro vínculo entre o grande vale e do Brasil e o Brasil extra-amazônico, em estímulo moderno, com importante significado econômico. Sua abertura teve que vencer ódios políticos e oposições doutrinárias (VALVERDE; DIAS, 1972, p. 185).

A Rodovia Belém-Brasília foi uma importante obra supervisionada pelo engenheiro Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, que tinha uma equipe de trabalho com 11 construtoras; uma frota de 200 caminhões, tratores, aplainadeiras e solidificadoras, dentre outras máquinas pesadas. Aproximadamente 3.400 homens estavam organizados em três frentes de trabalho e divididos em dois grupos. O primeiro eram engenheiros, topógrafos, geodéticos e o segundo grupo era composto por maquinistas, tratoristas, mecânicos, trabalhadores braçais denominados de *lambaio*³.

Iniciados os trabalhos da estrada, foram criadas três frentes de trabalho, sendo a *primeira* partindo de Belém à margem esquerda do rio Guamá até a margem esquerda do rio Gurupi. Nesta frente, muitas foram às dificuldades devido à zona de floresta tropical densa e com inúmeros cursos d'água por ser região ondulada e de montanha.

A *segunda frente* de trabalho era a construção da base em Imperatriz, ao sul do Maranhão, a que possibilitaria o avanço do serviço em duas direções: a primeira no sentido Maranhão com Goiás, no Rio Tocantins, e a outra no sentido inverso, Maranhão com Pará.

A *terceira frente* de trabalho na construção da Belém-Brasília parte de Brasília para Goiânia, que seriam as bases de apoio. Em 20 de janeiro de 1960, foi concluída a primeira fase de implantação, cumprindo assim 1.959 km de estrada construída.

A Belém-Brasília foi a primeira artéria estabelecida para ligar a Amazônia ao centro do sistema espacial nacional. Sua construção, em 1960 vinculando-se ao mecanismo de acumulação primitiva que permitia a expansão agropastoril em seu padrão extensivo, atraiu imediatamente a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado (BECKER, 1982, p. 112).

Para Giraldin (2002, p. 353): “[...] A rodovia Belém-Brasília é a consequência imediata da criação de Brasília e do seu planejamento dentro da região Amazônica.” Assim, a rodovia Belém-Brasília exerceu papel preponderante em relação à atração dos fluxos migratórios para a cidade de Imperatriz e para a sua região. Esses fluxos, que antes eram conduzidos pelo rio Tocantins, tinham como principais protagonistas os nordestinos. Com a construção da rodovia

³ “Eram, assim, chamados os operários de baixa condição que trabalharam na Rodovia Belém-Brasília” (COUTINHO, 1994, p. 152).

percebe-se a presença de outros migrantes, como é o caso dos paulistas, mineiros, goianos, paranaenses e gaúchos, entre outros. “A construção da Belém-Brasília constitui num caminho singular para o processo de crescimento de Imperatriz. A cidade viu a sua organização interna e externa modificada em virtude da implantação da rodovia” (BECKER, 1982, p. 112).

A cidade de Imperatriz se localiza na secção central da rodovia Belém-Brasília, sendo compreendida como um trecho efetivamente pioneiro. A abertura da rodovia, conforme Valverde e Dias (1967, p. 199) “Trouxe grandes benefícios a Imperatriz, aumentando-lhe a produção agrícola, já que esta encontra escoamento. Pela estrada, vem de Belém para Imperatriz o sal, sabão, ferro, querosene, gasolina e até remédios”.

A rodovia contribui para o escoamento agrícola de Imperatriz e a circulação de mercadorias em nível regional. O município de Imperatriz, a partir da década de 1960, passou a comandar a produção agrícola regional por meio do cultivo do arroz. A construção da BR-010 traduziu-se como caminho favorável para o crescimento demográfico e econômico de Imperatriz, no contexto da Região Tocantina.

3.5 Extensões territoriais do município

De acordo com índices do governo do Maranhão, na década de 1940, a cidade de Imperatriz possuía uma população total de 9.331 moradores, consistindo em mil os habitantes da sede. A população pouco cresceu, nesse período. Alguns anos depois, o Departamento de Geografia, História e Estatística (DGHE), do governo de Sebastião Árcher (1947-1951), publicou que a população do município era de 10.857 habitantes, ainda que o setor de comércio houvesse dobrado em relação à década anterior (FRANKLIN, 2005, p. 79).

Segundo Franklin (2005), Raimundo Barros chamado como Mundico Barros, o prefeito de Imperatriz, àquela época, no segundo semestre de 1957, deslocou-se ao um congresso de prefeitos no Rio de Janeiro, juntamente com o senador do Maranhão Assis Chateaubriand, onde foi recepcionado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que cogitava edificar durante seu comando a nova capital do país, Brasília. O prefeito saiu do encontro com o presidente convencido de que, além de Brasília, Juscelino arquitetaria uma estrada conectando a nova capital a Belém, passando por Imperatriz. E isso ocorreu. No início de 1958, engenheiros e técnicos chegaram à cidade para realizar o levantamento topográfico da ampla rodovia e montar um escritório da Rodobrás, empresa governamental que administraria a construção da rodovia. O chefe militar dessa ampla e desafiadora expedição era o engenheiro carioca

Bernardo Sayão, ex-vice governador de Goiás e famoso por abrir estradas e novas fronteiras de povoamento naquele estado.

Essa iniciativa modificou a acanhada Imperatriz. Aviões, helicópteros e máquinas passaram a completar parte do panorama habitual da cidade. A derrubada das selvas contava com a força de centenas de indivíduos, em múltiplos pontos distintos. Era um contingente de trabalhadores de diversas origens e linhagens, de diferentes partes do Brasil, mas especialmente do Nordeste. Ocorreu a primeira ampla explosão demográfica do município.

Até o início dos anos 50, Imperatriz era considerada a "Sibéria Maranhense", devido ao seu isolamento do restante do Estado. Em 1952, o governo municipal construiu uma estrada que ligou o município ao Nordeste, possibilitando o início da migração nordestina na região. No final dos anos 50, no governo de Juscelino Kubitschek, foi construída a rodovia Belém-Brasília, cujo traçado passou dentro de Imperatriz, impulsionando a migração do Centro-Oeste e Sul do país. Nos anos 80, com o surgimento do garimpo de Serra Pelada, Imperatriz verificou nova onda migratória, principalmente de outros municípios maranhenses. Com isso, Imperatriz fez-se uma cidade cosmopolita, de múltiplas culturas (FRANKLIN, 1999, p. 15).

O território original de Imperatriz era de quase vinte mil quilômetros quadrados, incluindo-se a Vila de Porto Franco, sendo um dos municípios de grande expansão do território do Estado. Logo após a abertura da, que atrelou o município com o Nordeste, houve um crescimento populacional na cidade e na zona rural, com a formação de novos povoados e crescimento de outros, que ganharam vida própria, sendo elevados à categoria de municípios.

O primeiro foi da vila de Montes Altos, que em 8 de setembro de 1955 se transformou em município, levando consigo uma área de 3.326 quilômetros quadrados do território imperatrizense. Em 15 de setembro de 1961, foi a vez do povoado Gameleira, que se tornou o município de Joao Lisboa, com área de 2.697 quilômetros quadrados. Vinte anos depois, no dia 6 de junho de 1981, o distrito de Açailândia ganhou também sua emancipação, reduzindo-se com isso o território de Imperatriz de 13.352 quilômetros quadrados para apenas 8.171 quilômetros quadrados. Em 1º de janeiro de 1997, o município de perde mais de cinco mil Km² de seu território para a criação dos municípios de Cidelândia, Governador Edison Lobão, Davinópolis, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios, passando a ter somente 1.368,987 Km² de área total e tornando-se um município eminentemente urbano, com aproximadamente 95% da população vivendo na cidade. Do território de Imperatriz, a partir da década de 50, portanto, foram desmembrados diretamente, estes desmembrados também de áreas que haviam pertencido a Imperatriz. Lajeado novo e Ribamar Fiquene, nascidos do território de Montes Altos; Buritirana e Senador La Rocque, de João Lisboa; e Itinga do Maranhão, de Açailândia (FRANKLIN, 2005, p. 87).

A extensão absoluta do município é, atualmente, de 1.367,901 km², que corresponde a 0,46% da área do Estado Maranhão (333.365,6) km². Entretanto, vale destacar que, em 1980, o território da cidade era de 13.352 km², assim sendo cerca de 4,01% do território do

Maranhão. Em 1991, com a emancipação do município de Açailândia, foi reduzido para 6.075,1 km². Em 1996, Imperatriz abdicou mais uma parte de sua área territorial para a constituição dos municípios de Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios e São Francisco do Brejão, passando dos 6.075,1 km² para os atuais 1.367,901 km² (IBGE, 2013).

40 PROCESSO DAS EMANCIPAÇÕES NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

4.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia de uma pesquisa pode ser definida como o trajeto percorrido durante as atividades do estudo, desde a elaboração do projeto da pesquisa até a apresentação do relatório perante a banca examinadora. Constitui-se, também, em um conjunto de procedimentos julgados adequados à abordagem do objeto da investigação. Neste caso, o objeto de estudo são as emancipações distritais no município de Imperatriz.

Ressalta-se que o marco temporal abrange o período em que se efetivou a emancipação do primeiro e do último distrito, no período de 1955 a 1994, com ênfase na década de 1990 por ter sido o período após a nova Constituição Federal de 1988 que mudou as regras para criação de novos municípios, dando maior descentralização política e financeira, e, também, por ter havido, historicamente, no mesmo período, um maior número de emancipações de distritos do município de Imperatriz-MA.

O estudo tem como ponto de partida, um quadro de referência teórico-metodológico, no qual “Teoria e método são interdependentes. Ambos buscam realizar o objetivo da pesquisa, seja ele de descrever, explicar, descobrir, compreender, predizer determinado fenômeno. A teoria pode gerar e dar forma ao método e o contrário também é verdadeiro. Ambos se nutrem” (VERGARA, 2008, p. 9).

O referencial teórico se configura como um item da maior importância, uma vez que este se constitui como o modelo de análise, a partir do qual são coletados os documentos, faz-se a pesquisa e se constrói o objeto de estudo desejado. Se o referencial metodológico é indispensável à pesquisa, também o são, a metodologia e o método para a realização de uma pesquisa. A inadequação, em qualquer dos casos, pode comprometer os resultados.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho se enquadra como uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, portanto, o estudo se insere no âmbito da pesquisa histórica, cujos acervos históricos foram obtidos a partir de fontes locais e regionais.

Quanto aos fins da pesquisa, para um conhecimento mais aprofundado da temática, é utilizada investigação do tipo exploratória, bibliográfica e documental. A primeira, segundo Gil (2010, p. 41), “tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou de descobertas de instituições. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico”, ou seja, consistem em efetivar a importância que têm os documentos históricos

para a construção de mentalidades novas, destacando, assim, os principais fatores que deram dinâmica aos processos emancipacionistas dos distritos no município de Imperatriz.

É documental porque compreende o processo das emancipações distritais no município de Imperatriz, a historicidade e suas repercussões e resgata os cenários históricos da dinâmica política provocados pelas emancipações distritais como expressão do “novo” município reduzido territorialmente.

Com relação aos meios optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, realizou-se uma investigação e um levantamento no acervo documental na Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, no Arquivo Público Estadual, IBGE e outros. Como menciona Lankshear e Knobel (2008, p. 105), “Os pesquisadores frequentemente se engajam em pesquisa baseada em documentos para investigar os tipos de significados construídos através dos textos.” É bibliográfica porque será realizado um levantamento mais aprofundado sobre o tema proposto por meio de livros, coletâneas, artigos científicos, revistas, relatórios, leis, decretos, dentre outros.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2010, p. 30).

Na pesquisa documental foram utilizadas a leitura e análise de documentos históricos diversificados relacionados com o processo das emancipações distritais no município de Imperatriz-MA, no período de 1955 a 1994, que ainda não receberam tratamento analítico. Nesse sentido, é importante destacar o que se caracteriza como pesquisa documental.

A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos. O conceito de documento, por sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento (GIL, 2010, p. 30).

Quanto à natureza do objeto, a pesquisa é descritiva. Danhke (1989 apud SAMPIERI, 2006, p. 101) afirma que “Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise”.

A pesquisa empírica também se faz necessária por que é um tipo de fonte com a qual o historiador trabalha, a saber, os testemunhos orais de atores que participaram ativamente da

história política, econômica e cultural de suas localidades. Barros (2002, p. 132) afirma que “Isso significa que o historiador irá produzir o essencial dos seus materiais de investigação e reflexão a partir da coleta de depoimentos, que depois deverá analisar com os métodos adequados.” A principal preocupação, neste âmbito, está aqui relacionada ao tipo de instrumento utilizado na coleta, aos cuidados na decodificação e à análise do material coletado. A partir dessas fundamentações procedeu-se assim:

- os atores participantes foram divididos em quatro grupos de vinte pessoas: políticos, comerciantes e empresários, pessoas da sociedade civil organizada (Movimentos Sociais) e pesquisadores da historiografia regional, obtendo-se um total de 80 pessoas pesquisadas.
- os critérios utilizados na seleção dos participantes das entrevistas deu-se por faixa etária, atividade comercial-empresarial e pelo envolvimento social e político com a história e as repercussões geopolíticas das emancipações distritais,
- para se obter uma avaliação do processo de emancipações distritais, foram propostos, *a priori*, aos sujeitos da pesquisa, 8 indicadores gerais e 25 subindicadores (APÊNDICE A);

Para a compreensão dos dados coletados, utilizou-se uma escala de avaliação, do tipo Likert, em que as alternativas pedem o grau de concordância dos sujeitos pesquisados com as afirmativas propostas (APPOLINÁRIO, 2009, p. 140). A Escala Likert mede atitudes e comportamentos utilizando opções de resposta que variam de um extremo a outro (por exemplo, de “nada provável” para “extremamente provável”). Ao contrário de uma simples pergunta de resposta “sim ou não”, uma Escala Likert permite descobrir níveis de opinião em que os usuários podem concordar ou discordar, parcial ou totalmente. Os resultados são apurados pela média ponderada, observado o sistema de atribuição de pesos a cada alternativa.

Deste modo, foram apresentadas aos sujeitos da pesquisa afirmações acerca do processo de emancipações no município de Imperatriz, sobre as quais os atores pesquisados poderiam “discordar totalmente”, “discordar”, “discordar parcialmente”; ou com as quais poderiam “concordar parcialmente”, “concordar” ou “concordar totalmente”.

É importante destacar que foram atribuídos às alternativas os seguintes pesos: discordototalmente (peso zero); discordo (peso 2); discordo parcialmente (peso 4); concordo parcialmente (peso 6); concordo (peso 8); concordo plenamente (peso 10).

Na tabulação dos resultados, para cada subindicador, foi montada uma tabela com as alternativas e respectivos pesos (p), frequência (f) e uma coluna com peso vezes frequência (p.f.). Para cada subindicador obteve-se, então, uma média ponderada, dividindo-se a soma da coluna de peso vezes frequência (f.p) pelo total da amostra.

De acordo com o modelo de análise adotado, quanto mais a média de cada subindicador se aproxima de 10, maior é a concordância dos sujeitos com a afirmação proposta; e quanto mais próxima de zero, maior a discordância. Assim, é possível, por meio das médias obtidas em cada subindicador, estabelecer novas relações entre fatores que concorrem para uma melhor compreensão da história e das repercussões das emancipações distritais, a partir dos indicadores pesquisados.

4.2 Apresentação dos dados e análise dos resultados

Neste item são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo. A análise se desenvolve a partir da retomada da questão norteadora e dos objetivos da pesquisa, procurando alcançar uma maior compreensão das emancipações distritais ocorridas no município de Imperatriz.

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir de cada grupo de indicadores, considerando-se a média ponderada obtida em cada um de seus subindicadores.

4.2.1 Ligação política ou vínculos políticos

O Quadro 5 mostra o indicador e subindicadores que se referem às possíveis ligações políticas existentes entre os antigos povoados e Imperatriz, tentando apurar que agentes políticos exerciam, efetivamente, esta mediação.

Quadro 5– Ligação política ou vínculos políticos

ILIGAÇÃO POLÍTICA OU VÍNCULOS POLÍTICOS	MÉDIAS OBTIDAS
1.1 Havia uma forte ligação entre os antigos povoados com Imperatriz, antes de se tornarem municípios.	4,8
1.2 Os vereadores eram quem mediava a ligação entre os antigos povoados e Imperatriz.	6,1
1.3 Os comerciantes mais influentes eram quem mediava a ligação entre os antigos povoados e de Imperatriz.	6,0
1.4 Os líderes comunitários eram quem mediava a ligação entre os antigos povoados e Imperatriz.	7,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 5 tinha por finalidade avaliar se existia ligação política entre os antigos povoados e a cidade de Imperatriz, para isso, foram realizadas quatro afirmações. Nota-se que o nível de concordância com este subindicador foi baixo (4,8), podendo-se afirmar, portanto, que os participantes não acreditam que existisse forte ligação entre os povoados e a cidade de Imperatriz, ou que esta ligação não era tão evidente.

Ao avaliar se os vereadores e comerciantes eram quem mediava a ligação entre os antigos povoados e Imperatriz, as médias obtidas, respectivamente, 6,1 e 6,0 revelam uma participação discreta destes segmentos, indicando que não eram eles os principais responsáveis por representar os povoados. Os resultados da pesquisa indicam que os líderes comunitários são percebidos como segmento com maior participação (média 7,0) no processo de mediação entre os antigos povoados e Imperatriz.

Os resultados indicam que não havia uma forte ligação entre os povoados e Imperatriz e que a mediação existente era feita por vereadores, comerciantes e, sobretudo, pelos líderes comunitários. Essa ligação se encontrava e se estreitava mais, apenas nos esforços dos líderes comunitários em busca de benefícios. Para Franklin (2006, p. 2), apesar da inexistência de boas estradas para alguns distritos, principalmente, os mais distantes, como Açailândia, Cidelândia, Montes Altos, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios, registra-se que alguns deles tiveram êxito (mesmo que ocasional) em eleger algum líder local como representante na Câmara Municipal do município de Imperatriz. Associações de produtores ou moradores dos antigos povoados influíam com ações políticas e de cidadania na cobrança e pactuação de políticas públicas junto aos governos municipal e estadual e tomavam parte em partidos e grupos políticos. Costumeiramente, também, faziam seus reclamos nos meios de comunicação na cidade de Imperatriz.

Nesse sentido, verifica-se, que a ligação política que existia entre os povoados e a sede do município era a ligação formal, aquela da qual uma comunidade não se pode eximir: a ligação política territorial. Quanto às ligações políticas administrativas ou parlamentares, sua existência atende a pessoas ou grupos específicos, cujas demandas eram patrocinadas por uma pessoa de referência (dita “líder”) junto a vereadores ou a instâncias do Poder Executivo.

Comunidades (povoados) não se separam quando se sentem atendidas, prestigiadas, ouvidas. A distância física e a distância cidadã, aliadas à ausência ou insuficiência de obras e serviços, é o que faz brotar e fortalecer na alma comunitária a vontade de separação, de endodivisão (divisão interna).

4.2.2 Necessidade de emancipação

O Quadro 6 mostra o indicador e subindicadores que se referem à necessidade de emancipação, apurando se a ligação entre os antigos povoados e Imperatriz era suficiente para garantir a governabilidade nessas localidades ou se era necessário emancipar para garantir o crescimento e desenvolvimento dos futuros municípios.

Quadro 6– Necessidade de emancipação

2 NECESSIDADE DE EMANCIPAÇÃO	MÉDIAS OBTIDAS
2.1 A ligação que existia entre os antigos povoados e Imperatriz era suficiente para garantir uma governabilidade eficaz nessas localidades.	7,2
2.2 Era necessário emancipar para garantir o crescimento e o desenvolvimento dos futuros municípios, pois Imperatriz não garantia os serviços públicos necessários.	7,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Na avaliação dos sujeitos da pesquisa, a média 7,2 obtida neste subindicador indica que a ligação existente com Imperatriz era, em parte, suficiente para garantir as necessidades destes povoados e das pessoas que lá viviam, indicando a necessidade de emancipação para uma melhor governabilidade.

A segunda afirmação implica a percepção de que era necessária a emancipação pois o município sede não garantia os serviços necessários. A média 7,2, obtida neste subindicador, indica que para os protagonistas da pesquisa a emancipação era desejada, por acreditarem que resultaria em governabilidade mais eficaz nessas localidades e melhoria na prestação dos serviços públicos necessários.

Havia um anseio pela emancipação dos povoados, contribuindo para isso o rápido e constante crescimento populacional e econômico nos povoados, especialmente, nos núcleos urbanos, o que tornaram necessárias ações e decisões locais, que a administração da sede municipal não poderia dar satisfatoriamente.

Segundo Sanches (1998, p. 3), mesmo com gestões deficientes, aqueles povoados jamais teriam alcançado o atual nível de crescimento se apenas tivessem se mantido na condição de povoados. Apesar dos desmandos e descasos administrativos, o olhar e o acompanhamento dos cidadãos dos “ex-povoados” são mais próximos, pois estão mais atentos aos problemas de suas localidades.

Alegações de que novos municípios ou estados implicam mais corrupção etc. não se sustentam: desvios administrativos e outros desvios e crimes têm origem no caráter do ser humano e não na criação de um município ou estado (CITADINI, 1998).

4.2.3 Poder político e econômico dos grupos

O Quadro 7 mostra o indicador e subindicadores que se referem ao poder político e econômico dos grupos, investigando se as lideranças políticas dos povoados emancipados exerciam grande influência e destaque na cidade sede de Imperatriz, favorecendo na conquista de apoio e voto numa prática política assistencialista.

Quadro 7 – Poder político e econômico dos grupos.

3. PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DOS GRUPOS.	MÉDIAS OBTIDAS
3.1 Para se tornar um líder político representante desses povoados era necessário possuir uma grande influência social em Imperatriz.	6,5
3.2 Os prefeitos dos antigos povoados possuíam mais destaque em Imperatriz do que nos povoados que se tornaram municípios.	5,5
3.3 Os líderes políticos dos antigos povoados conquistavam apoio e votos através de uma política extremamente assistencialista.	8,7

Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro subindicador procurava saber se para se tornar um líder político local era necessário ter notoriedade e influência social em Imperatriz. A média obtida (6,5) indica que os líderes políticos eram pessoas influentes junto ao município sede, mas isso não era uma exigência principal para se tornar uma liderança.

A média obtida (5,5) na avaliação sobre o destaque que líderes políticos, como os prefeitos, possuíam junto ao município sede, sugere que o líder político devia ser muito mais influente no povoado do que na sede da cidade de Imperatriz, havendo pouca relevância para as pessoas daquele povoado se ele era influente ou não na sede da cidade.

No entanto, é possível notar na terceira afirmação que a liderança política era conseguida por meio de políticas de caráter assistencialista. A média de 8,6, obtida neste subindicador, indica uma forte concordância dos sujeitos quanto às práticas assistencialistas dos políticos locais. Assim, pode-se firmar que o líder político deveria ter um poder financeiro suficiente para bancar sua campanha política ou o apoio de outros líderes com influência comunitária. Para se tornar um líder político, havia a necessidade de se ter forte influência

junto à sede, e essa forte influencia advinha do poder ou do suporte financeiro para bancar o assistencialismo.

Os grupos políticos de Imperatriz. eram formados por pessoas com poder político e, também, econômico Esses grupos eram geralmente heterogêneos, compostos por políticos dos povoados, da sede do município e, até do Estado, e alguns com atuação e até mandatos federais. Segundo Franklin (1999, p. 3). “Os grupos envolviam, também, líderes classistas e comunitários, comerciantes e criadores. Alguns com posses e empreendimentos tanto na sede do município quanto nos povoados. Reuniam-se, especialmente, por interesses pessoais comuns”.

É notório que, em diversos casos, nos antigos distritos, que conseguiram a autonomia geopolítica (Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro d'Água Branca e Vila Nova dos Martírios), as referências políticas que chegaram (e ainda chegam) ao poder após a emancipação dos “povoados”, são (quase sempre) pessoas de Imperatriz com interesses geralmente particulares – na maioria dos casos – (negócios comerciais, imóveis, pecuária, agricultura, etc.). No caso de Açailândia e Montes Altos, as lideranças políticas e/ou comunitárias são endógenas⁴ - até pela distância maior da sede de Imperatriz. Neste caso, a distância pode, em igual tempo, ter sido motivo da falta de assistência em termos de obras e serviços nos povoados. Fatores geradores de insatisfações foram catalisados e capitalizados pelas lideranças/referências para fomentar o processo de autonomia dos antigos distritos.

4.2.4 Interesse pessoal na emancipação

O Quadro 8 mostra o indicador e subindicadores que procuram saber se os interesses dos líderes políticos nas emancipações eram voltados para o desenvolvimento dos povoados ou voltados para a promoção pessoal, tendo em vista se elegerem prefeitos ou vereadores, alcançando poder e da riqueza.

⁴Variável determinada por forças que operam dentro do sistema em estudo e no qual está inserida. Do interior para o exterior; que se origina no interior de um organismo, de um sistema ou se desenvolve pela influência de fatores externos (SANDRONI, 2007, p. 879).

Quadro 8 – Interesse pessoal na emancipação

4 INTERESSE PESSOAL NA EMANCIPAÇÃO	MÉDIAS OBTIDAS
4.1 Os interesses desses líderes políticos eram extremamente voltados para fazer crescer e desenvolver o povoado do qual eram representantes.	8,0
4.2 Os líderes políticos tiveram grande interesse nas emancipações pensando exclusivamente em se tornarem prefeitos ou vereadores daqueles locais, garantindo poder e riqueza.	8,5

Fonte: Dados da pesquisa.

A média 8,0 obtida no primeiro subindicador sinaliza que os interesses (que estavam por trás) do processo de emancipação eram voltados para o desenvolvimento dos povoados, portanto, interesses legítimos.

No entanto, a média obtida (8,5) demonstra que, na avaliação dos sujeitos, os interesses de cunho pessoal predominavam sobre o bem coletivo. Constata-se, então, que no processo de emancipações distritais, o bem coletivo e os interesses pessoais se entrelaçam: os envolvidos não estavam pensando somente no desenvolvimento dos povoados ou no bem comum das pessoas, e sim, também, no enriquecimento pessoal advindo do poder de se tornarem um líder político em um município recém-formado.

Verifica-se, então, que, ao lado de forte motivação de ver crescer os povoados, emancipando-os do município de Imperatriz, interesses pessoais, familiares e grupais eram facilmente identificados.

Pode-se afirmar, portanto, que os interesses eram o bem comum, mas não exclusivamente. Muitos tinham interesses econômicos e políticos, ou ambos. Mas, para muitos outros, o desejo era mesmo de emancipação, embora por caminhos pouco aceitáveis, de poder garantir que a comunidade local decidisse e gerisse seu próprio destino, acabando com a dependência da sede (Imperatriz), que se apresentava distante, desinteressada, alheia e com decisões administrativas demoradas.

4.2.5 Perda de força política do município sede

O Quadro 9 mostra o indicador e subindicadores que se referem à perda de força política do município sede de Imperatriz, verificando se o número de eleitores foi reduzido; se houve grandes modificações no meio político em Imperatriz devido muitos representantes migrarem para os novos municípios e se devido à saída desses representantes os que permaneceram no centro urbano de Imperatriz elevaram sua força e poder político.

Quadro 9 – Perda de força política do município sede

5 PERDA DE FORÇA POLÍTICA DO MUNICÍPIO SEDE	MÉDIAS OBTIDAS
5.1 O município de Imperatriz perdeu muita força política por conta do processo das emancipações.	5,0
5.2 O número de eleitores no município de Imperatriz reduziu drasticamente por conta do processo das emancipações.	6,5
5.3 Imperatriz teve grandes modificações no meio político, pois muitos de seus representantes se tornaram prefeitos e vereadores dos novos municípios.	6,6
5.4 Por conta da saída dos representantes das regiões que hoje abrangem os novos municípios os representantes do centro urbano de Imperatriz elevaram sua influência no meio político.	3,4

Fonte: Dados da pesquisa.

A média 5,0, obtida no primeiro subindicador, sugere que os sujeitos se dividem quanto à concordar com a perda da força política de Imperatriz, por conta do processo emancipacionista.

No segundo subindicador, sobre a redução do número de eleitores, a média obtida foi de 6,5, ou seja, pode-se afirmar que Imperatriz, de fato, perdeu eleitores, mas que não foi numa quantidade suficiente para determinar a perda de sua força política.

Os participantes concordaram, com média de 6,6, que houve muitas modificações na estrutura política da cidade, porque alguns de seus principais representantes se tornaram lideranças políticas em outros municípios, que foram formados a partir das emancipações, não deixando de acarretar perda de poder político do município sede.

Sobre o aumento da influência no meio político, a média obtida (3,4) demonstra que os representantes do centro urbano de Imperatriz, na avaliação dos sujeitos da pesquisa, não elevaram sua participação no meio político.

Ao longo das endodivisões, Imperatriz perdeu mais de 90% de seu território: “tinha 15.535 km² até meados da década de 1960 e, atualmente, tem 1.368.987 km²” (IBGE, 2013). Em 1995, chegou a ter 270 mil habitantes; hoje, são 247,505 (IBGE, 2010). Imperatriz tornou-se demográfica e economicamente urbana, com 231.664 habitantes (93,6%). Apenas 15.841 habitantes (6,4%) da população vivem na zona rural (IBGE, 2010). Mesmo com este cenário construído (a partir das emancipações), pessoas da zona urbana são majoritariamente as que mais se tornaram influentes na vida política, quando não elas próprias os políticos e gestores.

Nesse sentido, Imperatriz não perdeu força política, visto que o município já era essencialmente urbano, com 93,6% da sua população concentrando-se na cidade. De certa forma, a administração municipal deixou de ter ou de administrar muitas demandas e

problemas que tinha e, geralmente, não conseguia dar respostas satisfatórias aos “ex-distritos”. Reduzindo sua área territorial, facilitou sua administração, enquanto os grupos políticos continuaram os mesmos, só que com atuação mais alargadas e maiores possibilidades de conquistarem mais cargos eletivos na região.

A criação dos novos municípios, por sua vez, atraiu mais pessoas de outros municípios e de outras regiões, provocando o crescimento populacional dos antigos povoados, maior número de eleitores e, conseqüentemente, maior poder político.

4.2.6 Perda da força econômica do município sede

O Quadro 10 mostra o indicador e subindicadores referentes à perda do poder econômico do município sede Imperatriz, investigando se a sede perdeu força econômica; se os novos municípios ainda dependem economicamente e dos serviços em educação e saúde da sua antiga sede e se os comerciantes dependem do comércio no atacado e varejo de Imperatriz.

Quadro 10 – Influência da força econômica do município sede

6 PERDA DA FORÇA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO SEDE	MÉDIAS OBTIDAS
6.1 O município de Imperatriz perdeu influência econômica sobre municípios emancipados.	3,5
6.2 Mesmo após as emancipações os novos municípios dependem economicamente de Imperatriz.	2,2
6.3 Existe uma grande dependência dos novos municípios para com Imperatriz em relação aos serviços da Educação.	2,9
6.4 Existe uma grande dependência dos novos municípios para com Imperatriz em relação aos serviços da Saúde.	1,3
6.5 Os comerciantes dos municípios emancipados tem como centro principal de compras o comércio atacadista, varejista e de serviços de Imperatriz.	1,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A média obtida de 3,5 indica que Imperatriz não perdeu força econômica devido ao processo de emancipações distritais.

A média obtida de 2,2 indica que, após as emancipações, os novos municípios se emancipam economicamente de Imperatriz, não mais dependendo de recursos da sede.

Com relação aos serviços dos setores de saúde e educação, as médias de 2,0 e 1,3 sugerem que os povoados emancipados não dependem mais da sede.

A média 1,0, obtida no subindicador sobre o comércio atacadista dos novos municípios demonstra que os municípios emancipados começam a adquirir vida autônoma, rompendo, na medida do possível, a dependência de Imperatriz.

Assim, é possível perceber que decresce a influência econômica do município sede sobre os distritos emancipados, na medida em que eles se estruturam econômica e administrativamente, tanto no setor público quanto no privado.

Há de se considerar que Imperatriz, com a extensa perda do seu território, predominantemente ocupado pela agricultura, matriz econômica que a caracterizou desde sua fundação (ano 1852 – séc. XIX) até a década de 1960, perdeu essa específica força econômica. Entretanto, com menos de 10% de seu antigo território, o município foi criando condições para uma melhor infraestrutura urbana e para a prestação de serviços, seja no segmento do comércio, seja na educação, saúde, transportes, comunicações etc. Algumas indústrias-âncora e um distrito industrial consolidam, atualmente, a hegemonia econômica de Imperatriz em relação não apenas aos municípios vizinhos (inclusive ex-distritos) como também em relação a todo o Estado do Maranhão, à exceção da capital. Essa preponderância, também, vale para municípios de outros estados do sul Pará e do norte do Tocantins.

Portanto, a cidade de Imperatriz perdeu influência sobre os ex-distritos, mas não perdeu o poder econômico. Na condição de centro econômico regional, Imperatriz, é a abastecedora de toda a região em produtos e serviços especializados, principalmente para os ex-povoados. Diz Franklin (2008, p. 50) que “A criação de novos municípios atraiu mais serviços e investimentos públicos e privados e a demanda de mais serviços especializados. O comércio (atacadista, varejista), a prestação de serviços e de negócios é, na sua maioria, demandada em Imperatriz, portanto, novos recursos públicos e privados são em grande número carreados para Imperatriz, fortalecendo ainda mais sua economia.”.

4.2.7 Participação da Sociedade Civil Organizada (SCO)

O Quadro 11 mostra o indicador e subindicadores que se referem à participação da Sociedade Civil Organizada no processo das emancipações, destacando se a SCO participava intensamente das campanhas eleitorais de Imperatriz e se participou do processo das emancipações dos novos municípios.

Quadro 11 – Participação da Sociedade Civil Organizada (SCO)

7 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (SCO)	MÉDIAS OBTIDAS
7.1 A SCO participava intensamente das campanhas eleitorais de Imperatriz.	6,3
7.2 A SCO participou ativamente do processo das emancipações dos novos municípios.	4,9

Fonte: Dados da pesquisa.

A média 6,3, obtida na avaliação da participação da SCO nas campanhas eleitorais de Imperatriz, confirma que tal participação existe, porém, não na intensidade desejada. Os sujeitos da pesquisa concordam que a SCO não tinha tanta representatividade no processo eleitoral, predominando nas escolhas eleitorais o poder da política assistencialista.

A média 4,9, obtida na avaliação da participação da SCO nos processos de emancipação dos novos municípios, sugere que estes foram articulados, predominantemente, pelos líderes políticos que desejavam o processo de emancipação para benefício próprio, com influência e participação discreta da SCO no processo.

Na cidade de Imperatriz, a maioria da sua população é distante quanto a sua participação nas decisões e lutas políticas do município. Apenas alguns grupos organizados, tais como sindicatos e algumas organizações não governamentais participam ativamente das questões políticas rotineiras, como é a praxe em todo o país. Geralmente, esses grupos se movem quando as questões são de interesse de sua própria classe ou categoria. No caso específico das emancipações, os movimentos populares se davam comumente apenas nos povoados, pelos moradores da localidade, e na Câmara Municipal, centrado no líder local, eleito vereador. A população da sede era praticamente indiferente em relação ao tema, com pouquíssimas vozes discordantes.

Segundo Sanches (1998, p. 2) a SCO de Imperatriz participa pouco da vida político-eleitoral e político-administrativa do município. Na história mais recente, destacam-se dois momentos: a contribuição da Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI), em 1990, para a redação da nova Lei Orgânica do Município de Imperatriz (LOMI). A PLURI era uma entidade que agregava entidades diversas (Associações de Moradores e entidades civis, Sindicatos Urbanos de Trabalhadores Rurais, Movimento Estudantil secundarista e acadêmico, etc.) e discutia diversos temas objeto da Lei Orgânica, cujas contribuições eram levadas ao Poder Legislativo municipal.

O outro momento diz respeito à participação de entidades e pessoas em movimento liderado pelo Fórum da Sociedade Civil Organizada de Imperatriz (FSCOI), que, em 1995, levou à destituição do prefeito Salvador Rodrigues e à nomeação de um interventor estadual.

Entretanto, o dia a dia e a grandeza do município, atualmente, exigem entidades com atuação mais sistêmica e sistemática, orgânica e organizada, cobrando, fiscalizando, acionando a Justiça e o Ministério Público (MP).

A Foto 5 é um registro histórico da fundação do FSCOI, fundado em 14 de julho de 1994 (na sede do Rotary Club). Fazem parte do FSCOI representantes de instituições civis/associativas, culturais, empresariais, estudantis (secundarista e superior), religiosas, sindicais, sociais, do meio popular e profissionais autônomos.

Foto 5– Movimento social - Fórum da Sociedade Civil Organizada de Imperatriz



Fonte: Arquivo do autor (2016).

O FSCOI mobilizou a sociedade local e regional, culminando na deposição, no “despejo” do recém-empossado prefeito, Salvador Rodrigues, acusado de ser o mandante do assassinato (em outubro de 1993) do prefeito Renato Moreira. A cidade de Imperatriz vivia, à época, o caos administrativo na gestão pública.

4.2.8 Perda de força política da SCO

O Quadro 12 mostra o indicador e subindicadores que dizem respeito à perda de força política do movimento da SCO, buscando aferir se devido ao processo das emancipações as lideranças sociais mudaram da sede para os novos municípios; se, por causa disso, houve perda de organização e, conseqüentemente, redução da participação popular nos movimentos sociais.

Quadro 12 – Perda de força política da SCO

8 PERDA DE FORÇA POLÍTICA DA SCO	MÉDIAS OBTIDAS
8.1 Devido ao processo das emancipações muitas lideranças da SCO mudaram da sede [Imperatriz] para os novos municípios.	5,5
8.2 A SCO perdeu muito da sua organização devido ao processo das emancipações por conta da migração de lideranças para os novos municípios.	3,0
8.3 Devido ao processo das emancipações houve uma grande redução na organização e na participação popular dos Movimentos Sociais.	2,4

Fonte: Dados da pesquisa.

A média obtida (5,5) indica que os sujeitos da pesquisa concordam que houve um deslocamento de lideranças da sede para os municípios recém emancipados, mas isso não implicou no enfraquecimento da organização da SCO (média 3,0), nem redução do nível de participação popular nos Movimentos Sociais (média 2,4).

Assim, é possível afirmar que a cidade de Imperatriz não perdeu, em termos de qualidade, a organização da sua SCO, em razão da autonomização dos distritos ou povoados. A maior parte das entidades era de origem urbana, com suas lideranças residindo e trabalhando na cidade sede. Moradores, imprensa, bancários, empresários, trabalhadores do comércio/indústria, construção civil, mães, estudantes, advogados, etc. desenvolveram/desenvolvem seu trabalho por meio de federações, associações, sindicatos, clubes, etc. sediados na zona urbana e com atuação basicamente urbana também.

O que repercutiu é que Imperatriz funciona politicamente como uma “capital” da região sudoeste do Maranhão e nela estão sediadas as principais empresas midiáticas de televisão, rádio e jornais que difundem notícias na região, o que contribui para as lideranças atuarem de forma estratégica, salvo Açailândia que já tem sua própria estrutura midiática.

Assim, as lideranças que atuavam em Imperatriz e atuam nesses antigos povoados não deixaram de atuar politicamente nesta cidade, por interesses, afinidades ou laços políticos.

CONCLUSÃO

O município de Imperatriz se caracteriza pela multiculturalidade, especialmente nordestina, advinda do processo de povoamento estimulado pela frente pastoril (do caminho do gado). Apesar de se evidenciarem fortes traços culturais do Centro-Oeste, particularmente de Goiás, a predominância é culturalmente nordestina pela força migratória da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e Ceará, ocorrido no século XIX.

Imperatriz tem mudado muito em quantidade e qualidade. A partir do início dos anos noventa, a cidade vivencia sua consolidação de centro econômico regional e, assim, sua população passou a consumir muito dos produtos comercializados nas grandes cidades: acesso direto às novas tecnologias, moda, educação, comércio, entretenimento, comunicação, transportes (aéreo, rodoviário, ferroviário etc.). Sabendo-se que o mundo é globalizado, os imperatrizenses estão integrados a este novo modo de vida.

Segundo o IBGE (2013), em Imperatriz, há uma população flutuante de 20 mil pessoas/dia. Elas vêm para Imperatriz diariamente para resolver problemas diversos, fazer negócios, comprar, vender, etc. Isso faz com que o comércio e a prestação de serviços assegurem alto nível de demanda.

Devido às emancipações ocorridas no município de Imperatriz-MA, no período (1955-1994), a desterritorialização encurtou o município em extensão territorial, mas não refletiu na diminuição ou desconstrução da sua forte importância como município de influência regional para o sul do Maranhão, norte do Tocantins e sul do Pará. Imperatriz é a segunda maior cidade do interior do Maranhão e está classificada entre as mais influentes na economia do sul do Estado. Nesse sentido, a criação de novos municípios pode ter sido benéfica à população se observarmos que os distritos anteriores à emancipação viviam esquecidos pelo governo do município sede, que lhes negava o acesso aos serviços básicos.

Evidenciou-se, também, que alguns dos novos municípios criados, por outro lado, não se desenvolveram, permanecendo estacionários. Poucos conseguem oferecer serviços essenciais básicos na saúde, na educação, na segurança, no saneamento básico, na habitação, etc., sobrecarregando diretamente o município de Imperatriz (sua “antiga” sede), que oferece os serviços públicos básicos essenciais.

Nesse contexto, constatou-se que as emancipações distritais no município de Imperatriz foram espaçadas. O primeiro povoado desmembrado de Imperatriz, Montes Altos, em 1954, foi seguido, sete anos depois, em 1961, por João Lisboa, e, após vinte anos, em 1981, por Açailândia. Os outros seis municípios – Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão,

São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios – foram todos emancipados no ano de 1994 e instalados em 1997. Dessa forma, entende-se, que, a desterritorialização do município de Imperatriz concentrou-se muito mais nesse período de 1994 a 1997, devido à emancipação e instalação de 6 novos municípios, ou seja, o dobro em relação a outros períodos.

Confirmou-se, a partir da pesquisa e suas análises, que as emancipações distritais no município de Imperatriz – em que pese o jogo de interesse políticos e econômicos subjacentes – atenderam aos interesses da população dos “antigos” povoados/distritos, pois foi por meio da mobilização popular e de sua decisão no plebiscito (respeitando a lei Federal e Estadual), que se consolidou a separação do município sede – Imperatriz.

Dos resultados obtidos junto à amostra de sujeitos diretamente envolvidos com o processo de emancipações distritais no Município de Imperatriz pode-se indicar que:

- não existia ligação entre os povoados e a cidade de Imperatriz, evidenciando o desinteresse do município sede com os seus distritos;
- a relação dos distritos estreitava-se apenas mediante os esforços dos líderes comunitários na busca de benefícios;
- a necessidade de emancipar os povoados e/ou distritos está diretamente ligada ao “descaso” dos governos municipais do município sede com os distritos;
- o desinteresse do município sede e o “abandono” dos distritos, certamente, foi um fator preponderante e motivador para as emancipações;
- os povoados/distritos apresentavam um “tímido” crescimento populacional e econômico, especialmente dos seus núcleos urbanos, o que tornavam necessárias as ações e decisões locais (no distrito), face ao “abandono” do governo municipal;
- os grupos políticos eram formados por pessoas de Imperatriz com poder político, econômico e eram grupos heterogêneos, compostos, também, por políticos dos povoados, da sede do município e, até do Estado. Eram políticos, líderes classistas e comunitários, comerciantes e criadores etc.;
- o interesse na emancipação não era apenas o bem comum, pois os grupos políticos de poder, não raramente, sobrepunham seus interesses pessoais os interesses comunitários;
- o município de Imperatriz, por ser essencialmente urbano e com sua população mis concentrada na cidade, não perdeu poder econômico com as emancipações distritais.

Ao contrário, uma vez consolidadas as emancipações, na década de 1900, Imperatriz consolida-se como centro econômico regional.

O resultado da pesquisa não confirma a participação intensa da Sociedade Civil Organizada no processo das emancipações distritais, porém, havia participação, ainda, que modesta. Os movimentos sociais de Imperatriz participavam pouco da vida político-eleitoral e político-administrativa do município.

Em conformidade com os resultados e análises desta pesquisa, o debate sobre as emancipações distritais no Estado do Maranhão e a concretização emancipatória do caso do município de Imperatriz, ocorrido nos anos de 1955, 1961, 1981 e 1994, há fatos que vão além do desmembramento do município. No centro do debate, ocorrem disputas políticas por diferentes projetos “pessoais” para o município sede e os novos municípios.

Em relação a novos e futuros projetos de emancipações entendemos que não se deve ser contrário, em tese, à criação de novos municípios. A população, junto à elite política local, encontra na emancipação uma nova maneira de aumentar os recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias nas áreas da saúde, da educação, da segurança e dos serviços públicos afins. A aproximação dos moradores de seus representantes políticos configura-se um fator importante, pois, anteriormente à emancipação, as mediações eram feitas com líderes e estruturas políticas distantes, dificultando a representatividade da população local.

Neste sentido, para que não venham a acontecer novas “ondas” de emancipações no Brasil, propõe-se que, para a criação de novos municípios, sejam observados responsabilmente alguns critérios, como:

- é imprescindível que seja observada a Emenda Constitucional n. 15, de 1996, que alterou seu § 4º do art. 18 introduzindo novos parâmetros para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, estabelecendo restrições à criação de “novos” municípios, embora a CF/1988, tenha atribuído ampla autonomia política e administrativa aos municípios, tornando-os entes da federação e aumentando as transferências federais,
- o novo município a ser criado deve ter receita própria para arcar, no mínimo, com as despesas decorrentes da implantação e funcionamento do Executivo e do Legislativo municipais, diminuindo a dependência das transferências de impostos;

- o Estudo de Viabilidade Municipal (EVM) deve incluir estimativa do impacto da emancipação do município no rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os demais municípios do Estado para evitar a falência financeira;
- a emoção política e os conchavos de interesses pessoais não devem ser as motivações primeiras (o que tem se evidenciado nas lutas anteriores) para se estabelecer a luta da criação de um novo município;
- as sedes municipais devem dispensar maior atenção aos distritos, pois estes, sendo bem atendidos, evitam-se emancipações inoportunas e menor propensão a se emancipar.

Com essas proposições se espera que novas emancipações sejam evitadas, duplicando ainda mais as estruturas administrativas e diminuindo, no conjunto, os gastos públicos.

Pode-se concluir que os resultados obtidos e analisados ajudam a compreender o problema proposto inicialmente, esclarecendo as repercussões geradas pelos processos de emancipação, e permitindo se chegar a uma avaliação positiva destes processos, vez que as emancipações distritais ocorridas no município de Imperatriz, quando relacionadas às questões políticas, administrativas, econômicas e sociais, se mostraram benéficas tanto para os novos municípios criados como para o município de Imperatriz, apesar da redução de seu território original.

REFERÊNCIAS

- AHI. Associação Humanitária de Imperatriz AlbéAmbroggio. Imperatriz, 2010.
- AIL. Academia Imperatrizense de Letras. *Imperatriz: 150 anos*. Imperatriz: AIL, 2002.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de: *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as Províncias do Maranhão e Goiás*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães e Cia. 1852.
- ANDRADE, Maristela de Paula. *Gaúchos no sertão*. São Luís: CPT. 1984. v. 2.
- APPOLINÁRIO, Fábio. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.
- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundações de Cultura da Cidade de Recife, 1980.
- BARROS, Edelvira Marques de Moraes. *Imperatriz: memória e registro*. Imperatriz: Ética, 1996.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo histórico*. Globo. Rio de Janeiro: 2002.
- BECKER, Berta K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recurso do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, out/dez, 1982.
- BEZERRA, Edimilson Rosa. *Correntes, formação e povoamento da região tocantina-Maranhão*. Imperatriz, UEMA, 1994.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
- _____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *O BNDES e o Plano de Metas, 1996*. Disponível em: <www.bndes.gov.br/livro/plametas>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- _____. *Constituição de 1946*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Contituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 03 fev. 2016.
- _____. EMENDA CONSTITUCIONAL n. 15, de 12 de setembro de 1996. Dá nova redação ao § 4º do artigo 18 da Constituição Federal/88, tornando inconstitucionais os municípios criados após essa emenda, na omissão do Legislativo em não criar Lei Complementar regulamentadora. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc15.htm>. Acesso em: 17 nov 2015.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL n. 57, de 18 de dezembro de 2008. Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc57.htm. Acesso em 17 nov 2015.

_____. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n. 416, de 17 de outubro de 2008. Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/_Ato2011-2014/2013/Msg/Vet/QVET2013.htm>. Acesso em 17 nov 2015.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado*. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, João Rênor Ferreira de. *Aspectos essenciais do povoamento da Amazônia brasileira*. Imperatriz: Ética, 1997.

CIGOLINI, Adilar Antônio. *Território e criação de municípios no Brasil: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CIGOLINI, Adilar Antônio; CACHATORI, Thiago Luiz. *Análise do processo de criação de municípios no Brasil*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12. Bogotá (Colômbia), 2012. *Anais...* Bogotá, 2012.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Povos indígenas no Maranhão: exemplo de resistência*. São Luís, 1988.

CITADINI, A. R. Municípios inviáveis e controle do déficit público. *Diário Comércio e Indústria*, 24 e 25 nov. 1998.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. *Cultura e sobrevivência dos índios do Maranhão*. São Luís: UFMA, 1987.

COUTINHO, Mílson. *Imperatriz: subsídios para a história da cidade*. São Luís: Sioge, 1994.

CUNHA, Renata Mercedes Siebert da; SIEBERT, Célia. *Maranhão: história*. São Paulo: FTD, 2013.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas*. São Paulo: Edusp, 1975.

D'AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatório do presidente da Província do Grão-Pará*. Belém: Typographia de Santos & Filhos, 1851.

Disponível em: <www.funcacaovale.org/pt-br/a-fundacaovale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajás/livreto_imperatriz.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FEITOSA, Antônio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. *Atlas do Maranhão: espaços geohistórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FICHTE, J. G. *Reivindicação da liberdade de pensar*. Paris: Lê Livre de Poche, 2003.

FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz-MA*. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. *Recortes históricos-econômicos de Imperatriz*. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA IMPERATRIZ E REGIÃO TOCANTINA. Texto transcrito da palestra proferida no Auditório do Palácio do Comércio em 2006, Imperatriz-MA, 2006.

_____. *Breve história de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2005. (Série Ciências Humanas).

_____. Imperatriz: de povoado a metrópole. *Jornal O Progresso*, 16 de Julho de 1999, Imperatriz – MA.

FUNDAÇÃO VALE. *Um olhar sobre Imperatriz-MA: diagnóstico socioeconômico em 2006*. Disponível em: <www.funcaoovale.org/pt-br/a-fundacaoovale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajás/livreto_imperatriz.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GIRALDIN, Odair. A (trans)formação histórica do Tocantins. Goiânia: ed. UFG, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Francisco. Óleo sobre tela sobre a fundação de Imperatriz-MA. 1994.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Infográficos: dados gerais do município 2015*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=210530>>. Acesso em: 04 de set de 2016.

_____. *Estimativa da população 2014*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=210530&idtema=130>>. Acesso em: 06ago. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2013*. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 23 nov 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: indicadores sociais municipais*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=210530&idtema=79>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. *Atlas do Maranhão*. Rio de Janeiro: 1984.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Paper de dados estatísticos sobre o crescimento das cidades na década de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. XVII.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. *Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão: período de 2004 a 2008*. São Luís: IMESC, 2010a

_____. *Anuário Estatístico do Maranhão*. São Luís: IMESC, 2010b.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação*. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEAL, Mário de Aguiar Pires. *Novo zoneamento do Estado do Maranhão*. São Luís: SUDEMA, 1970.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Estado do. Disponível em: <www.al.ma.leg.br>. Acesso em: 04 Out. 2011.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MELO, Mário Lacerda de. *Meio-Norte*. Recife: SUDENE, 1983.

NASCIMENTO, Maria Nadir. *Geografia do Maranhão*. São Paulo: FTD, 2001.

PACHECO, Fran. *Geografia do Maranhão*. São Luís: Oficinas de Alfredo Teixeira, 1922.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias do sertão maranhense*. São Paulo: Siciliano, 2002.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAMPIERI, Roberto Hernández. *Metodologia da pesquisa*. Trad. Fátima Conceição Murad. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANCHES, Edmilson. Imperatriz e região: anotações (im) pertinentes. *Jornal O Progresso*. 8. jul. de 1998, p.4, C1. Imperatriz, 1998.

SEPLAN. *Diagnóstico da região de Imperatriz: primeiro relatório*. São Luís: SUDENE/SERFHAU/SEPLAN, 1972.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

SOUSA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. *A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão*. São Luís: LITHOGRAF, 1992.

APÊNDICE A – ESCALA LIKERT UTILIZADA

Prezado Colaborador:

Você foi escolhido para participar da Pesquisa: *Avaliação das emancipações distritais no Município de Imperatriz-MA*. A pesquisa é coordenada pelo Mestrando José Nilson Oliveira e Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, das Faculdades Alves Faria.

Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados unicamente para fins acadêmicos e seu anonimato será rigorosamente mantido.

Desde já, agradeço sua participação.

Instruções para responder ao instrumento de coleta de dados

O instrumento está dividido em oito blocos, cada um contendo um indicador principal e alguns subindicadores. Para cada subindicador você deve manifestar seu grau de discordância ou concordância com a afirmação proposta, assinalando com um círculo ou com um X a alternativa que melhor corresponda à sua resposta, de acordo com a seguinte escala:

- 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Discordo parcialmente;
- 4 - Concordo parcialmente; 5 - Concordo; 6 - Concordo totalmente.

1 LIGAÇÃO POLÍTICA OU VÍNCULOS POLÍTICOS

1.1. Havia uma forte ligação entre os antigos povoados com a cidade de Imperatriz, antes de se tornarem municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

1.2. Os vereadores eram quem mediava a ligação entre os antigos povoados e a cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

1.3. Os comerciantes mais influentes eram quem mediavam a ligação entre os antigos povoados e a cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

1.4. Os líderes comunitários eram quem mediavam a ligação entre os antigos povoados e a cidade Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

2 NECESSIDADE DE EMANCIPAÇÃO

2.1. A ligação que existia entre os antigos povoados e a cidade de Imperatriz era suficiente para garantir a uma governabilidade eficaz nessas localidades.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

2.2. Era necessário emancipar para garantir o crescimento e o desenvolvimento dos futuros municípios, pois a cidade de Imperatriz não garantia os serviços públicos necessários.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

3 PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DOS GRUPOS

3.1. Para se tornar um líder político representante desses povoados era necessário possuir uma grande influência social na cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

3.2. Os prefeitos dos antigos povoados possuíam mais destaques na cidade de Imperatriz do que os povoados que se tornaram municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

3.3. Os líderes políticos dos antigos povoados conquistavam apoio e votos através de uma política extremamente assistencialista.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

4 INTERESSE PESSOAL NA EMANCIPAÇÃO

4.1. Os interesses desses líderes políticos eram extremamente voltados para fazer crescer e desenvolver o povoado do qual eram representantes.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

4.2. Os líderes políticos tiveram grande interesse nas emancipações pensando exclusivamente em se tornarem prefeitos ou vereadores daqueles locais, garantindo poder e riqueza.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

5 PERDA DE FORÇA POLÍTICA DO MUNICÍPIO SEDE

5.1. O município de Imperatriz perdeu muita força política por conta do processo de emancipações.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

5.2. O número de eleitores no município de Imperatriz reduziu drasticamente por conta do processo de emancipações.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

5.3. A cidade de Imperatriz teve grandes modificações no meio político, pois muitos de seus representantes se tornaram prefeitos e vereadores dos novos municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

5.4. Por conta da saída dos representantes das regiões que hoje abrangem os novos municípios, os representantes do centro urbano da cidade de Imperatriz elevaram sua influência no meio político.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

6 INFLUÊNCIA DA FORÇA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO SEDE

6.1. O município de Imperatriz perdeu influência econômica sobre os municípios emancipados.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

6.2. Mesmo após as emancipações os novos municípios dependem economicamente da cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

6.3. Existe uma grande dependência dos novos municípios para com a cidade de Imperatriz em relação aos serviços de Educação.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

6.4. Existe uma grande dependência dos novos municípios para com a cidade de Imperatriz em relação aos serviços de Saúde.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

6.5. Os comerciantes dos municípios emancipados, ainda tem como centro principal de compras o comércio atacadista e varejista da cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

7 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (SCO)

7.1. A Sociedade Civil Organizada participava intensamente das campanhas eleitorais na cidade de Imperatriz.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

7.2. A Sociedade Civil Organizada participou ativamente do processo das emancipações dos novos municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

8 PERDA DE FORÇA POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (SCO)

8.1. Devido ao processo de emancipações muitas lideranças da Sociedade Civil Organizada mudaram para a sede dos novos municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

8.2. A Sociedade Civil de Imperatriz perdeu muito de sua organização devido ao processo de emancipações por conta da migração de lideranças para os novos municípios.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

8.3. Devido ao processo das emancipações houve uma grande redução na organização e na participação popular nos Movimentos Sociais.

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---